



# RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

## REVISTO

2  
0  
1  
5

A presente proposta de revisão do OGE 2015 fundamenta-se nos mais recentes desenvolvimentos de enquadramento internacional com impacto nas finanças públicas nacionais e visa ajustar a política fiscal veiculada pelo Orçamento Geral do Estado às novas perspectivas da programação macroeconómica nacional para o ano corrente e à nova realidade económica e financeira internacional.

## ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS .....	2
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	3
SIMBOLOGIA.....	3
<b>1 CAUSAS DA REVISÃO DO OGE 2015 .....</b>	<b>6</b>
<b>2 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL .....</b>	<b>9</b>
2.1 Produto Mundial.....	9
2.2 Inflação e Preços das Matérias-Primas .....	10
2.3 Sector Externo .....	11
2.4 Taxas de Juro.....	12
<b>3 CONTEXTO ECONÓMICO NACIONAL .....</b>	<b>13</b>
3.1 Oferta .....	13
3.2 Preços.....	14
3.3 Sector Externo .....	14
3.4 Mercados Financeiros.....	15
3.4.1 Mercado Cambial.....	15
3.4.2 Mercado Monetário .....	15
3.5 Finanças Públicas.....	16
<b>4 OBJECTIVOS NACIONAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>5 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO.....</b>	<b>19</b>
5.1 Enquadramento Fiscal de Médio Prazo .....	19
5.2 Cenário Macroeconómico para 2015.....	20
5.3 Política Orçamental para 2015.....	21
5.3.1 Medidas de Política Orçamental.....	21
5.3.2 Instrumentos de Gestão de Contingência.....	23
5.4 Cenário Fiscal para 2015.....	24
5.4.1 Fluxos Globais do Orçamento Geral do Estado .....	24
5.4.2 Financiamento do Orçamento e Evolução da Dívida.....	27
5.4.3 Leituras Funcional, Programática e Territorial do OGE 2015 Revisto.....	29
<b>6 RISCOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL.....</b>	<b>34</b>
6.1.1 Principais Riscos Orçamentais.....	34
6.1.2 Evolução do Preço de Petróleo .....	35
6.1.3 Evolução da Produção de Petróleo .....	35
<b>7 MEDIDAS FISCAIS CONTRA-CÍCLICAS PARA SE REVERTER A SITUAÇÃO</b>	<b>37</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS

### Gráficos

Gráfico 1: Preço Spot do Brent e Ramas Angolanas.....	6
Gráfico 2: Desvios de projecção das previsões do preço do petróleo bruto .....	7
Gráfico 3: Preço Spot do Brent e Ramas Angolanas.....	8
Gráfico 4: Queda do crescimento do Produto Mundial.....	9
Gráfico 5: Taxa de Inflação nalguns principais mercados.....	10
Gráfico 6: Preço do Petróleo Bruto Brent .....	11
Gráfico 7: Taxas de Juros de referência .....	12
Gráfico 8: Preço das Ramas Angolanas .....	13
Gráfico 9: Balança de Pagamentos .....	14
Gráfico 10: Evolução das Ramas Angolanas e Brent (USD/bbl).....	25
Gráfico 11: Composição Funcional da Despesa do OGE 2015 .....	29
Gráfico 12: Alteração na composição funcional da Despesa .....	31
Gráfico 13: Despesa por função: Anatomia do Sector Social .....	31
Gráfico 14: Cenário de desembolso externo e preços do petróleo .....	38

### Tabelas

Tabela 1: Quadro preliminar da execução do OGE 2014 .....	7
Tabela 2: Taxa de crescimento do Produto Mundial.....	10
Tabela 3: Crescimento do comércio internacional de bens e serviços (%).....	12
Tabela 4: Taxas reais de crescimento do PIB pm (%).....	13
Tabela 5: Inflação acumulada e homóloga.....	14
Tabela 6: Variações do IPC (%) .....	15
Tabela 7: Indicadores do Sector Fiscal .....	17
Tabela 8: Prioridades da Política Fiscal .....	19
Tabela 9: Pressupostos Macroeconómicos, 2015.....	20
Tabela 10: Balanço Macro-Fiscal 2013-2015 .....	26
Tabela 11: Plano de Financiamento do OGE 2015.....	27
Tabela 12: Estrutura da Aplicação de Recursos em 2015.....	27
Tabela 13: Mapa de Origem e Aplicação de Fundos .....	28
Tabela 14: Despesa por Função do OGE 2015 Inicial e Revisto.....	30
Tabela 15: Descrição da despesa fiscal funcional não especificada .....	32
Tabela 15: Desvio de projecção da produção nacional de petróleo .....	36
Ilustração 1: Estrutura da Receita por província.....	33
Ilustração 2: Estrutura da Despesa por Província .....	34

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AEL	Activos Externos Líquidos
AIL	Activos Internos Líquidos
BCE	Banco Central Europeu
BNA	Banco Nacional de Angola
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BUE	Balcão Único do Empreendedor
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos 7 países mais industrializados: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá
GERI	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
Kz	Kwanzas
LIBOR	London Interbank Offered Rate
MINFIN	Ministério das Finanças
MPDT	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
M2	Massa Monetária
MINFIN	Ministério das Finanças
MPDT	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Operações de Mercado Aberto
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAGEC	Programa de Apoio às Grandes Empresas e Sua Inserção em <i>Clusters</i> Empresariais
PED	País em Desenvolvimento
PERT	Projecto Executivo para a Reforma Tributária
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PMA	Países Menos Avançados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
PROAPEN	Programas de Apoio ao Pequeno Negócio
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
USD	Dólares dos Estados Unidos da América
WEO	<i>World Economic Outlook</i>
WTI	West Texas Intermediate

## SIMBOLOGIA

N.D	Não disponível
*	Previsões / estimativas

## INTRODUÇÃO

1. O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2015 foi preparado num contexto de grande incerteza sobre a evolução do preço do petróleo, em particular, quanto a magnitude e duração do declínio recente.
2. Desde Junho de 2014, o preço do petróleo registou uma queda acumulada superior a 50%. O preço do barril de petróleo Brent reduziu de USD 111,97 (com um máximo de USD 115,49, a 19 de Junho de 2014), em Junho de 2014, para um preço médio de USD 48,47, a 22 de Janeiro de 2014, impactando significativamente a receita petrolífera e a não petrolífera, por via da revisão das perspectivas do crescimento do PIB.
3. Tendo em conta esse contexto, para a economia nacional antecipam-se as seguintes consequências:
  - Redução do valor dos activos nacionais – sobretudo financeiros – detidos no estrangeiro;
  - Redução das receitas petrolíferas, como consequência da redução dos respectivos preços de exportação e uma possível redução da produção, como efeito de segunda ordem;
  - Ressentimento dos sectores petrolífero no seu nível de actividade, investimentos, rentabilidade e emprego;
  - Maior dificuldade de acesso a financiamentos externos, tanto pela redução da liquidez internacional, como do agravamento das condições de financiamento, embora possa existir a oportunidade de atracção, em condições favoráveis, capitais de longo prazo de países emergentes que busquem aplicações seguras, numa base de negociação bilateral;
  - Pressão sobre as reservas cambiais do país face à redução do influxo de divisas; e
  - Redução dos custos das importações.
4. A presente proposta de revisão do OGE 2015 fundamenta-se nos mais recentes desenvolvimentos de enquadramento internacional com impacto nas finanças públicas nacionais e visa ajustar a política fiscal veiculada pelo Orçamento Geral do Estado às novas perspectivas da programação macroeconómica nacional para o ano corrente e à nova realidade económica e financeira internacional.
5. Assim, sem comprometer os objectivos preconizados pelo Executivo, a revisão que aqui se propõe assenta no seguinte:
  - (i) uma reavaliação da estimativa da receita, em particular, face ao comportamento do preço médio das ramas angolanas;
  - (ii) a fixação da despesa a um nível de cobertura mais realístico, por via da revisão dos créditos orçamentais; e
  - (iii) o controlo do défice e das necessidades de financiamento, por via da revisão das operações de financiamento, sem comprometer o pagamento do serviço da dívida projectado.
6. Este Relatório de Fundamentação do OGE Revisto mantém a mesma estrutura do relatório de Fundamentação do OGE 2015, estando dividido nos seguintes cinco capítulos:
  - **O Capítulo 1. (Contexto Económico Mundial – Situação Actual e Perspectivas):** apresenta-se as perspectivas mais actualizadas para o crescimento da economia mundial,

incluindo, a Inflação, o Comércio Mundial, Termos de Troca, Preços do Comércio Internacional, e as Taxas de Juro.

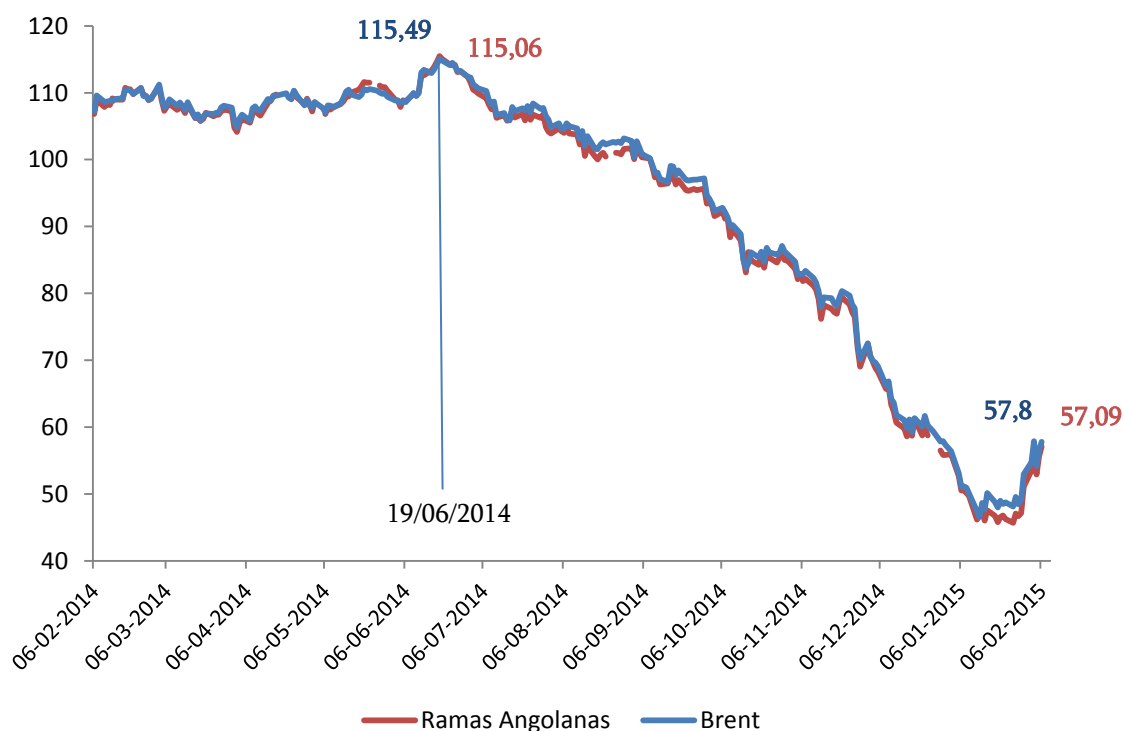
- O **Capítulo 2. (Contexto Económico Nacional – Situação Actual e Perspectivas)** – apresenta-se o desempenho da economia e finanças nacionais para o corrente ano, nos sectores real, incluindo a inflação, o desempenho monetário, as finanças públicas e o sector externo.
- O **Capítulo 3. (Objectivos Nacionais)** – apresentam-se os objectivos nacionais e as opções estratégicas, incluindo as políticas para o corrente ano, conforme definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e que determinaram a afectação dos recursos às diversas acções subjacentes na proposta orçamental.
- O **Capítulo 4. (Proposta do Orçamento Geral do Estado)** – apresentam-se as perspectivas macroeconómicas e fiscais mais actualizadas para o corrente ano, bem como os pressupostos usados para a preparação do OGE 2015 Revisto, incluindo os fluxos orçamentais consagrados na proposta orçamental.

7. Em obediência ao artigo 104.º da Constituição da República de Angola, a proposta de revisão orçamental que aqui se introduz tem subjacente a situação crítica actual, assim como contém uma nova estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado e fixa um novo limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos e órgãos locais, fundos autónomos e segurança social, em respeito aos princípios da unidade e da universalidade do OGE.
8. De igual modo, e em observância do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido no artigo 7.º da Lei do OGE, a proposta de revisão do OGE 2015 prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, nos quais se incluem os recursos do endividamento público – cujo limite líquido está nele fixado – mas excluindo qualquer recurso à criação monetária não permitido por lei.

## 1 CAUSAS DA REVISÃO DO OGE 2015

- Os fluxos globais do OGE 2014 apresentavam Receitas Fiscais (excluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos) no montante de Kz 4.744,8 mil milhões e Despesas (excluindo amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em Kz 5.375,1 mil milhões, do que resultou num deficit fiscal de Kz 630,3 mil milhões (USD 6,43 mil milhões), equivalente a 4,9% do PIB.
- No entanto, dados preliminares demonstram que na sua execução, as Receitas Totais no ano fiscal de 2014 foram de Kz 4.322 mil milhões, representando Kz 422 mil milhões abaixo do previsto no OGE 2014. Esta perda de receita foi impulsionada maioritariamente pela execução em baixa na arrecadação fiscal do sector petrolífero, cuja variação em baixa foi de 8,9%, em função do andamento na curva do preço Brent e das ramas angolanas conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Preço Spot do Brent e Ramas Angolanas



Fonte: Bloomberg, Janeiro de 2015.

- Em consequência, do lado da Despesa Total, houve uma fraca execução, totalizando Kz 4.682,4 mil milhões, o que representou uma diminuição de 13%, correspondente a Kz 692,7 mil milhões.
- Este desempenho fiscal resultou, preliminarmente, num saldo global de compromisso de Kz -359,6 mil milhões e num superavit de caixa de Kz 393,4 mil milhões, gerando porém restos a pagar e a receber na ordem dos Kz 753 mil milhões.

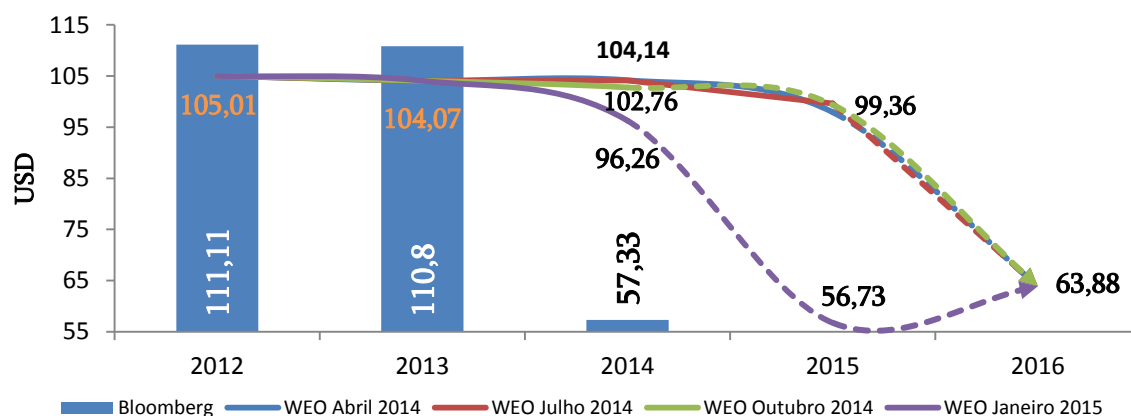
Tabela 1: Quadro preliminar da execução do OGE 2014

Descrição	2014 OGE	2014 Prel.	Diferença OGE-Prel.	Exec.	Prel.
<b>Receitas</b>	<b>4 744,8</b>	<b>4 322,8</b>	<b>422,0</b>	<b>40,2</b>	<b>34,0</b>
Receitas Correntes	4 744,0	4 322,3	421,7	40,2	34,0
Receitas de Capital	0,8	0,5	0,2	0,0	0,0
			<b>0,0</b>		
<b>Despesa Total</b>	<b>5 375,1</b>	<b>4 682,4</b>	<b>692,7</b>	<b>39,9</b>	<b>36,8</b>
Despesas correntes	3 673,9	3 250,2	423,7	28,5	25,6
Despesas de Capital	1 701,2	1 432,2	269,0	11,4	11,3
			<b>0,0</b>		
<b>Saldo global (compromisso)</b>	<b>-630,3</b>	<b>-359,6</b>	<b>-270,7</b>	<b>0,3</b>	<b>-2,8</b>
			<b>0,0</b>		
Restos a pagar e a receber	0,0	753,0	-753,0	2,7	5,9
			<b>0,0</b>		
<b>Saldo global (caixa)</b>	<b>-630,3</b>	<b>393,4</b>	<b>-1 023,7</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>
			<b>0,0</b>		
<b>Financiamento líquido</b>	<b>630,3</b>	<b>-393,4</b>	<b>1 023,7</b>	<b>-3,0</b>	<b>-3,1</b>
Financiamento interno (líquido)	-102,8	-701,7	598,9	-5,1	-5,5
Financiamento externo (líquido)	733,2	308,3	424,8	2,1	2,4

Fonte: MINFIN.

- Para o OGE 2015, as estimativas para os fluxos globais apresentados apontam para um volume de Receitas Fiscais<sup>1</sup> de Kz 4.184,9 mil milhões e Despesas Fiscais<sup>2</sup> fixadas em cerca de Kz 5.215,8 mil milhões, resultando num Défice Global de Kz 1.031,0 mil milhões (7,6% do PIB). Para cobertura do Défice, está previsto o recurso ao financiamento interno (Títulos do Tesouro) e externo (Linhas de Crédito e Empréstimos).
- No entanto, o Orçamento Geral do Estado para o ano 2015 foi elaborado num ambiente macroeconómico de elevadas incertezas, marcado pelo decréscimo paulatino do preço do barril do petróleo, principal mercadoria de exportação e fonte de receita primária do OGE.
- De acordo com o FMI, nas suas publicações das Perspectivas Económicas Mundiais semestrais com actualizações trimestrais, a previsão de preço médio anual para 2015 e de USD 97,92 em Abril de 2014, USD 99,62 em Julho de 2014, USD 99,36 em Outubro de 2014 e USD 56,73 em Janeiro de 2015 conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2: Desvios de projecção das previsões do preço do petróleo bruto<sup>3</sup>



Fonte: FMI.

<sup>1</sup> As receitas fiscais excluem desembolsos de financiamentos e venda de activos.

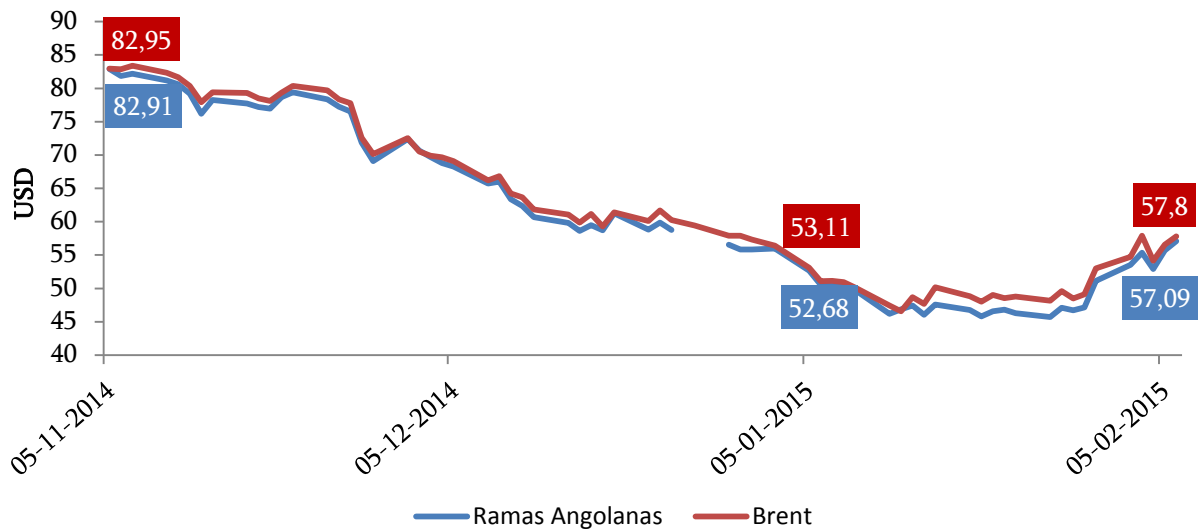
<sup>2</sup> As despesas fiscais excluem amortização da dívida e constituição de activos.

<sup>3</sup> Previsões das médias dos preços do petróleo bruto (Brent, Dubai Fateh e WTI)



16. Não obstante o preço ter-se estabilizado no mês de Janeiro de 2015, prevalece a incerteza quanto à recuperação, sendo o mais provável que muito dificilmente o preço poderia posicionar-se em média à volta do preço médio de referência do OGE 2015 (USD 81/bbl).

Gráfico 3: Preço Spot do Brent e Ramas Angolanas



17. Deste modo, numa perspectiva mais conservadora foi elaborada a presente proposta de Revisão do OGE 2015, tendo por base uma receita total numa perspectiva prudente.

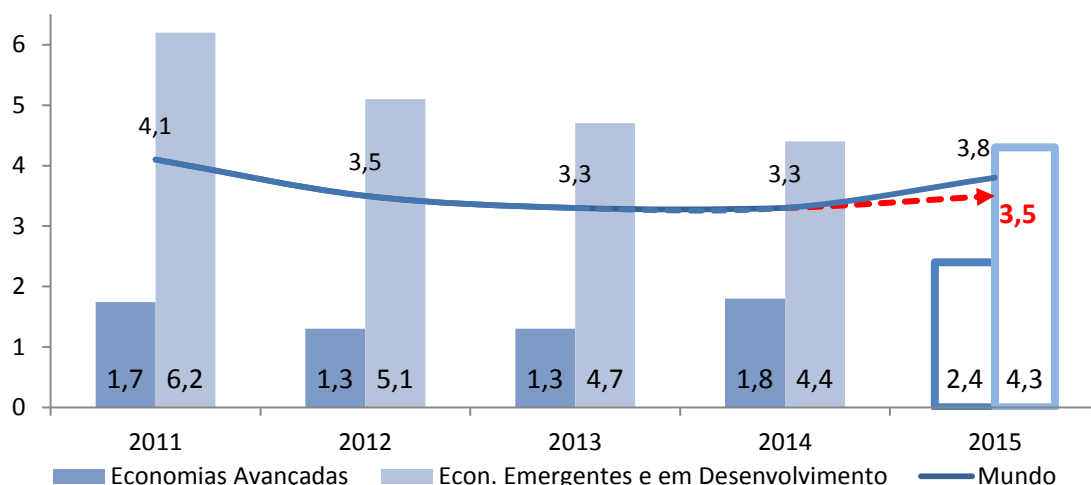
## 2 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL

### 2.1 Produto Mundial

***Crescimento Mundial será alavancado pela queda do preço do petróleo, mas as previsões apontam que, em 2015, o PIB Mundial deverá crescer a um ritmo mais brando do que esperado.***

18. As perspectivas globais de crescimento feitas pelo FMI em Outubro de 2014, previam para 2015 um crescimento da economia mundial na ordem dos 3,8%, porem, as mais recentes previsões intercalares publicadas a 20 de Janeiro de 2015 apresentam revisões em baixa de 0,3 pontos percentuais no crescimento mundial que passam a apresentar perspectivas de crescimento na ordem dos 3,5%.

Gráfico 4: Queda do crescimento do Produto Mundial



Fonte: FMI, WEO 20 Janeiro 2015.

19. A revisão em baixa da economia mundial reflecte uma reavaliação das perspectivas na China, Rússia, Zona Euro e no Japão, bem como em países dependentes da exportação de petróleo, devido à queda acentuada dos preços desta *commodity*. A título de exemplo a Nigéria deverá assistir a uma queda do PIB de 2,5 pontos percentuais.
20. Os Estados Unidos é a única grande economia cujas projecções de crescimento foram revistas em alta, aponta para um crescimento de 3,6%, 0,5 pontos percentuais acima do anteriormente previsto, em resultado do crescimento da actividade petrolífera e, concomitantemente, das actividades não petrolíferas. Como resultado, prevê-se um crescimento de 0,1 pontos percentuais para as economias avançadas.
21. As incertezas subjacentes às perspectivas económicas globais são elevadas. Para países consumidores de petróleo, o Banco Mundial prevê um maior crescimento das suas economias caso o preço do petróleo se mantenha 1/3 abaixo do nível praticado antes da crise. Deste modo, pode-se esperar que o grupo de países ricos poderão beneficiar mais desta crise do que países pobres, ou seja, o baixo preço do petróleo poderá, por exemplo, ajudar na recuperação da economia europeia.

Tabela 2: Taxa de crescimento do Produto Mundial

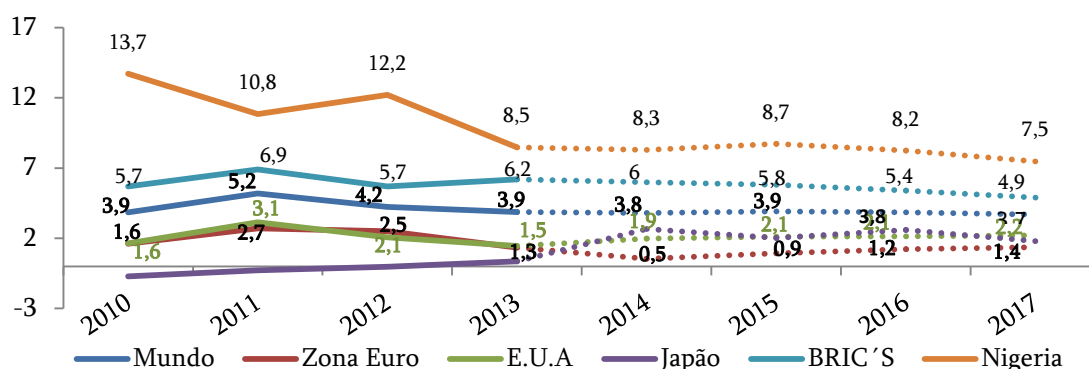
ECONOMIAS	Estrutura do PIB	Taxa de Crescimento Mundial			
		2013	2014*	2015*	2015 - R
<b>Mundo</b>	<b>100</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,8</b>	<b>3,5</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>49,6</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>	<b>2,3</b>	<b>2,4</b>
E.U.A	19,3	2,2	2,4	3,1	3,6
Zona Euro	13,1	-0,5	0,8	1,3	1,2
Japão	5,4	1,6	0,1	0,8	0,6
Reino Unido	2,7	1,7	2,6	2,7	2,7
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>50,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,4</b>	<b>5,0</b>	<b>4,3</b>
<b>BRICS*:</b>	<b>27,6</b>	<b>3</b>	<b>1,72</b>	<b>2,7</b>	<b>2,7</b>
Nigéria	0,6	5,4	6,1	7,3	4,8
África Sub- Sahariana	1,4	5,2	4,8	4,9	4,9

Legenda: PPC – Paridade de Poder de Compra; P – Previsão; \*Estimativas Produzidas pelo GERI, Ministério das Finanças, com base na técnica de Média geométrica (caso das taxas de crescimento) e agregação aritmética (caso da participação no PIB Mundial em PPC).  
Fonte: FMI, WEO, Janeiro 2015.

## 2.2 Inflação e Preços das Matérias-Primas

22. A reavaliação das perspectivas globais feitas pelo FMI a 20 de Janeiro de 2015, permitem prognosticar a manutenção das tendências anterior relativamente ao crescimento moderado da inflação nos anos de 2014 e 2015. A taxa de inflação deverá registar um ligeiro aumento na generalidade das economias avançadas cifrando-se em 1,6%, em 2014, e em 1,7% em 2015 e as perspectivas para as economias emergentes e em desenvolvimento permanecem em torno dos 6,0%, em 2014, seguido de uma ligeira redução em 2015 atingindo os 5,8%.

Gráfico 5: Taxa de Inflação nalguns principais mercados

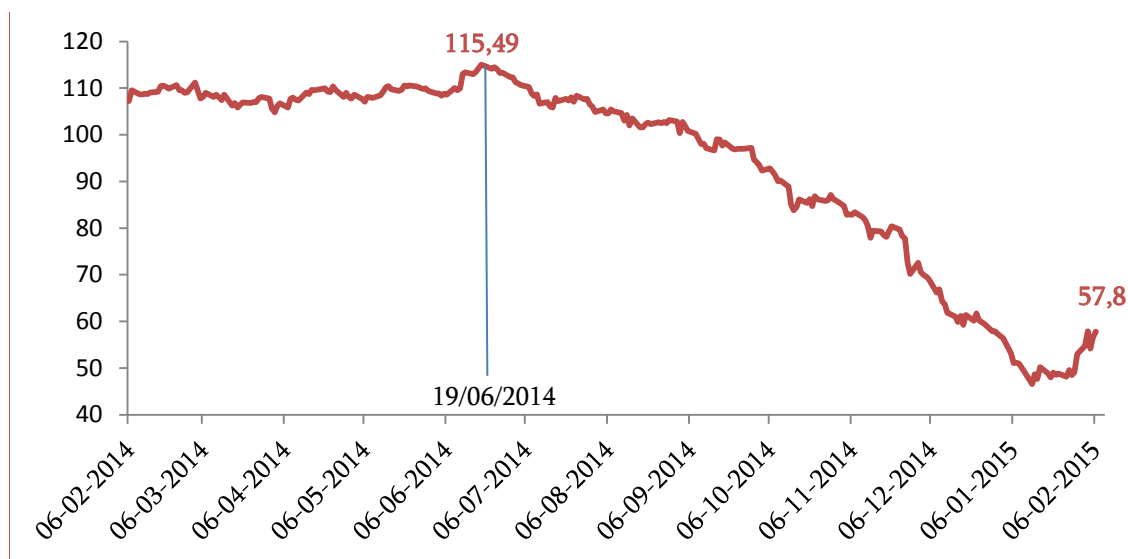


Fonte: FMI (WEO Janeiro 2015).

23. Entretanto, as projecções feitas pelo FMI em Janeiro 2015 mantêm as expectativas de um aumento da inflação, em consequência do aumento da actividade económica esperada a longo prazo, estando prevista para os Estados Unidos a taxa de 1,5% em 2014 (taxa de desemprego deverá permanecer em 6,4%), seguida de um ligeiro aumento para 1,9% em 2015, com taxa de desemprego prevista de 6,2%, na Zona Euro, mantem-se a previsão das taxas de 0,5% e 0,9% para 2014 e 2015, respectivamente, e os altos níveis de desemprego previstos pela WEO em Outubro de 2014.
24. As previsões para o Japão e Reino continuam a ser de estabilização geral dos preços e ritmos de crescimento baixos. No que concerne às economias emergentes, os BRICS continuar a observar taxas de inflação relativamente altas, apesar das perspectivas de redução. No conjunto BRICS, a Índia continuará a apresentar maiores níveis de inflação, a China mantém a expectativa de subida de 2,3% para 2,5%, em 2014 e 2015. No caso do Brasil, as

perspectivas continuam optimistas de redução continua entre 2013-2015, passando a inflação de 6,2% para 6,2% e 5,8% em 2014 e 2015, respectivamente. Na Rússia e África do Sul, as perspectivas são igualmente de menor inflação.

Gráfico 6: Preço do Petróleo Bruto Brent



Fonte: Bloomberg.

25. Na revisão das previsões do FMI (WEO, Janeiro de 2015), o preço do petróleo mantém o seu curso descendente iniciado em Junho de 2014, quando atingiu o seu máximo de USD 115,06/bbl no decurso do ano de 2014 e estando actualmente abaixo dos USD 60/bbl.

### 2.3 Sector Externo

26. As perspectivas de expansão do comércio externo mantêm-se optimistas. Prevê-se um crescimento de 4,2% em 2014 e 5,2 em 2015. Face ao desempenho da actividade comercial de 2013, o desempenho prognosticado para 2014 e 2015 traduzem um reforço no crescimento da actividade comercial global, sobretudo, nos Estados Unidos, Zona Euro e Japão, tal como se mostra na tabela acima. Esse comportamento positivo que se pode observar nas previsões do comportamento do comércio mundial, resulta da tendência de uma maior procura por importações nos países desenvolvidos e nas economias em desenvolvimento, apesar do recua das importações na China e na Rússia, prevendo-se reduções nos níveis de importação de 10,6% em 2013 para 6,5% em 2015 na China e de 6,6% em 2013 para -0,3% em 2015 para Rússia, porem observa-se uma tendência generalizada no crescimento das exportações na maioria dos blocos económicos.

Tabela 3: Crescimento do comércio internacional de bens e serviços (%)

	Taxa de crescimento das importações de bens e serviços			Taxa de crescimento das Exportações de bens e serviços			Taxa de crescimento do comércio de bens e serviços		
	2013	2014*	2015*	2013	2014*	2015*	2013	2014*	2015*
Economias Avançadas	1,4	3,5	4,5	2,3	4,2	4,8	1,4	3,5	4,5
Zona Euro	0,3	2,8	3,5	1,4	3,4	4,2	0,9	3,1	3,8
Outras	2,8	4,7	5,8	3,7	5,6	6,1	3,2	5,2	6,0
EUA	1,4	3,6	5,4	2,7	5,1	4,4	2,1	4,3	4,9
Japão	3,4	6,9	2,3	1,6	1,6	3,0	2,5	4,3	5,0
Reino Unido	0,4	1,9	2,9	0,8	2,2	3,5	0,6	2,1	3,2
BRICS	5,6	3,9	5,1	4,8	5,2	5,8	5,2	4,5	5,5
Brasil	8,6	1,5	4,1	3,1	6,5	8,1	5,9	4,0	5,5
Rússia	6,6	-4,9	-0,3	3,9	3,4	2,0	4,7	1,2	3,4
Índia	-4,5	8,7	8,9	3,9	6,0	8,1	1,5	7,4	8,4
China	10,6	6,9	6,5	8,7	6,5	6,8	9,6	7,0	6,8
África do Sul	4,7	1,8	2,3	4,2	2,6	3,5	4,5	3,2	3,3
Nigéria	-3,9	5,6	15,5	-0,1	0,3	5,4	4,9	5,4	6,8

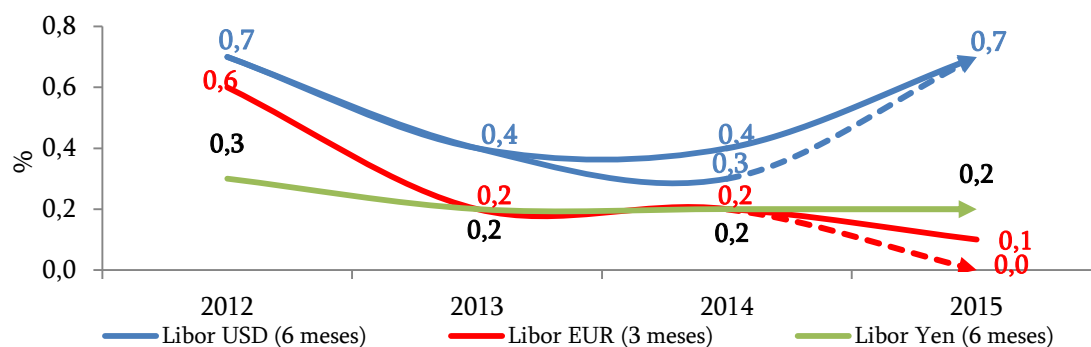
Fonte: FMI, WEO, Outubro 2014.

27. Os riscos para o comércio mundial permanecem, porém, a economia dos Estados Unidos continua a ganhar força e a Zona Euro a recuperar gradualmente, enquanto as economias em desenvolvimento registam ligeiros abrandamentos. Na perspectiva da Organização Mundial do Comércio (OMC), a modificação da política monetária dos Estados Unidos (uma gradual retirada dos estímulos expansionistas e negociação sobre os limites da dívida), a lenta recuperação da Zona Euro, a desaceleração prevista nas economias emergentes e as turbulências na América Latina e Caraíbas, Ásia e na Ucrânia constituem importantes factores de riscos para o crescimento do comércio internacional.

## 2.4 Taxas de Juro

28. De acordo com as revisões do FMI, espera-se que as taxas de juros de referência (London InterBank Offered Rate – LIBOR), a depósitos de seis meses, em dólares norte-americanos se mantenham estáveis. Todavia, para 2014 foi revista em baixa em 0,1 pontos percentuais, porém permanecendo a perspectiva para 2015 de 0,7%. Quanto aos depósitos em euros a três meses esta permaneceu em 2014 no nível de 2013 (0,2%), tendo porém sido revista em baixa para 2015, enquanto os depósitos em *yen* a seis meses para 2015 mantêm-se nos níveis dos últimos dois anos a 0,2%. As expectativas de um possível aumento das taxas de juro de longo prazo mantêm-se, sobretudo, nos E.U.A.

Gráfico 7: Taxas de Juros de referência



Fonte: FMI, WEO, Janeiro 2015.

### 3 CONTEXTO ECONÓMICO NACIONAL

#### 3.1 Oferta

29. No segundo semestre de 2014, a economia nacional foi marcada pela queda do preço do petróleo, que previu perdurar em 2015. As estimativas recentes indicam para 2014 um crescimento 4,4%, menos 2,4 pontos percentuais face a 2013, e menos 3,6 pontos percentuais quando comparado com as metas do PND 2013-2017 (8%). O sector petrolífero acusou uma taxa negativa de -3,5%, em consequência dos problemas operacionais restritivos da produção física em alguns blocos de produção, e o sector não petrolífero a crescer 8,2%.

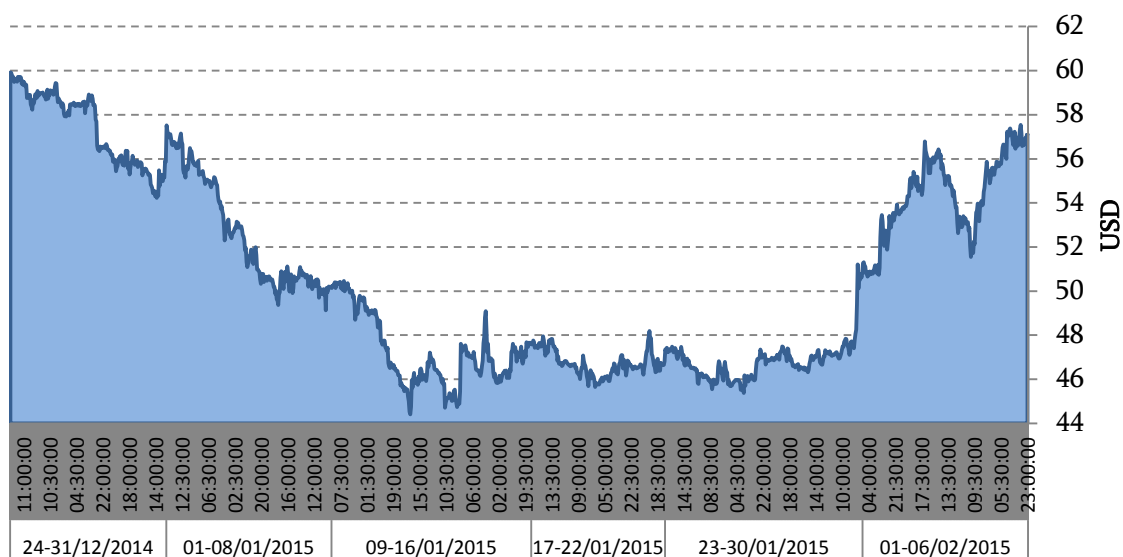
Tabela 4: Taxas reais de crescimento do PIB pm (%)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014p
PIB pm	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,4
Sector petrolífero	-5,1	-3	-5,6	4,3	-0,9	-3,5
Sector não petrolífero	8,3	7,8	9,7	5,6	10,9	8,2
Agricultura	29	6	9,2	-22,5	42,3	11,9
Pesca e derivados	-8,7	1,3	17,2	9,7	2,4	5,3
Diamantes e outros	4,6	-10,3	-0,7	0,3	3,3	1
Indústria transformadora	5,3	10,7	13	14	8,6	8,1
Construção	23,8	16,1	12	11,7	8,1	8
Energia	21,3	10,9	3,5	10,4	34,4	17,3
Serviços mercantis	-1,5	8,7	9,5	13,4	7	8
Outros	5,9	4,7	9,6	8,3	0,7	6

Fonte: MPDT.

30. Desde Junho de 2014, o preço do petróleo registou uma queda acentuada superior a 50%, estando a gravitar em torno dos USD 50, recentemente.

Gráfico 8: Preço das Ramas Angolanas



Fonte: Bloomberg Janeiro de 2015

## 3.2 Preços

31. Em 2014, a taxa de inflação, medida pelo IPC, fixou-se em 7,48%, reflectindo nesse ano uma trajectória de queda continua. Relativamente a 2013, essa taxa de inflação correspondente redução de 0,21 pontos percentuais face a inflação de 7,69 registada em 2013.

Tabela 5: Inflação acumulada e homóloga

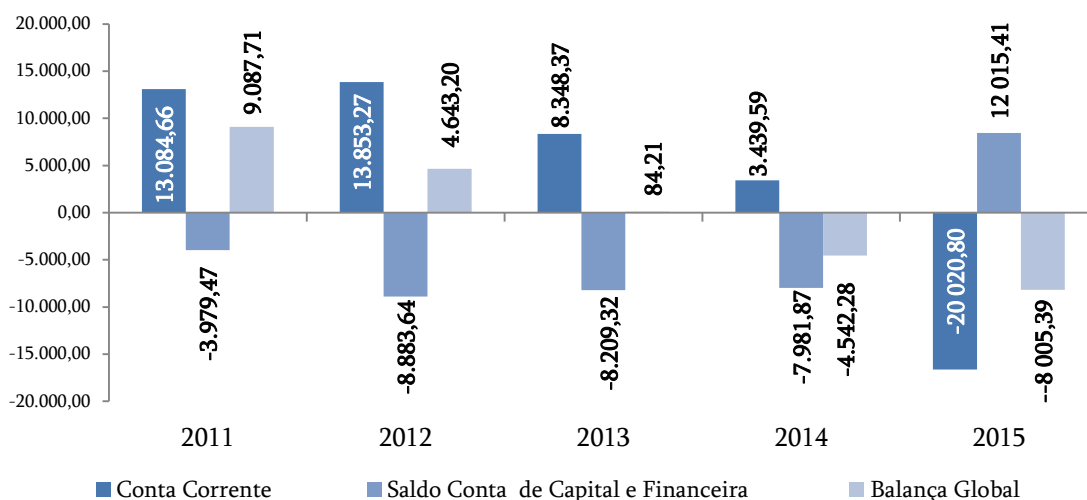
Mês	Variação Percentual Mensal					
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
	Inflação Acumulada			Inflação Homóloga		
Janeiro	0,73	0,61	0,76	11,48	8,9	7,7
Fevereiro	1,42	1,44	1,25	11,32	9,04	7,48
Março	2,03	2,11	1,76	11,12	9,11	7,32
Abril	2,74	2,72	2,28	10,88	9	7,22
Mai	3,41	3,62	2,91	10,51	9,25	6,95
Junho	4,11	4,27	3,5	10,11	9,19	6,89
Julho	4,8	4,81	4,13	10,02	9,04	6,98
Agosto	5,42	5,38	4,75	9,87	8,97	7,05
Setembro	6	5,91	5,42	9,65	8,93	7,19
Outubro	6,97	6,34	6,13	9,76	8,38	7,48
Novembro	7,96	6,89	6,69	9,83	7,94	7,49
Dezembro	9,02	7,69	7,48	9,02	7,69	7,48

Fonte: BNA e INE

## 3.3 Sector Externo

32. Em 2014, o Saldo Global da Balança de Pagamentos apresentou um défice, justificado pelo resultado menos favorável da Conta Corrente, cujo saldo apresenta-se insuficiente para cobertura das Contas Financeiras, o que resultou numa perda de reservas brutas de USD 4.542.28,2 milhões.
33. Na eventualidade de a situação de crise perdurar durante todo ano, a perda de Reservas Internacionais Líquidas (RIL) poderá elevar-se a USD -8.005,39 milhões, posicionando o *stock* das RIL em USD 19.277,18 milhões<sup>4</sup>. Isto corresponde a uma contracção de 28,4% comparativamente ao ano anterior que registou um *stock* de USD 26.907,09 milhões.

Gráfico 9: Balança de Pagamentos



Fonte: BNA.

<sup>4</sup> Dados preliminares.

## 3.4 Mercados Financeiros

### 3.4.1 Mercado Cambial

34. A taxa de câmbio de referência registou uma ligeira depreciação, em 2014, na ordem de 1,79%, tendo o Kwanza evoluído de KZ/USD 96,6, em 2013, para KZ/USD 98,3, em 2014.

Tabela 6: Variações do IPC (%)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Depreciação Nominal Anual Acumulada	0,15	18,12	4,39	2,84	0,55	1,03	1,79

Fonte: BNA (cálculos do GERI-Ministério das Finanças)

35. O nível corrente das reservas internacionais continuam estáveis e em patamares adequados para servir como "*buffers*" para amortecer os desequilíbrios da balança de pagamentos, apesar do registo de queda das RIL que passaram de USD 29,57 mil milhões, no II Trimestre, para USD 27,03 mil milhões, no III Trimestre de 2014, representando uma diminuição de cerca de 8,6%. O *stock* de reservas internacionais brutas situou-se em USD 25.909,35 milhões, representando uma diminuição de 4,32% (USD 1.119,57 milhões), quando comparado com o mês anterior.

### 3.4.2 Mercado Monetário

#### 3.4.2.1 Política Monetária e os Mercados Primário e Secundário

36. No ano de 2014, as variações da base monetária e dos meios de pagamento estiveram alinhados com o objectivo do controlo da taxa de inflação. De facto, os agregados monetários M3, M2 e M1 registaram uma expansão de 18,45%, 13,49% e 15,01%, em relação ao período de 2013.
37. Os dados de Outubro de 2014 mostram que a Base Monetária em moeda nacional sofreu uma redução de Kz 16.104,88 milhões (1,86%), registando um saldo de Kz 851.099,46 milhões, em consequência da redução dos Depósitos dos Bancos Comerciais em moeda nacional em Kz 19.057,95 milhões (3,90%). Em termos acumulados, (Janeiro a Outubro de 2014), a Base Monetária em moeda nacional expandiu Kz 690,99 milhões (0,08%).
38. No Mercado Monetário, as taxas de juro médias ponderadas da subscrição dos Bilhetes do Tesouro (BT) com a maturidade de 91, 182 e 364 dias aumentaram em 12 p.b., 28 p.b., e em 12 p.b., atingindo 4,88%, 5,43% e 6,18%, respectivamente. Por sua vez, a taxa LUIBOR Overnight aumentou em 28 p.b. ao atingir 4,14% ao ano. Nas maturidades de 3 e 12 meses, as taxas fixaram-se em 7,49% e 9,54%, respectivamente.



### 3.5 Finanças Públicas

39. As contas fiscais de 2014 foram amplamente influenciadas pela queda da produção e do preço do petróleo. As estimativas mais recentes apontam para uma Receita Total no valor de KZ 4.322,8 mil milhões, 8,9% abaixo do registado em 2013. As receitas petrolíferas atingiram um total de KZ 2.961,9 mil milhões, igualmente abaixo do registado no ano anterior. As receitas não petrolíferas, por seu lado, aumentaram para KZ 1360,93 mil milhões, dos quais KZ 1.128,2 mil milhões provenientes dos impostos não petrolíferos.
40. Por outro lado, as contas fiscais indicam uma redução da despesa fiscal, em 2014, em comparação ao ano de 2013, cifrando-se em KZ 4.682,4 mil milhões. O défice fiscal apurado é de KZ 359,6 mil milhões, na óptica de compromisso, representando 2,8% do PIB.
41. O ano de 2014 foi também marcado pelo arranque da estratégia de médio prazo de reforma dos subsídios aos combustíveis, em razão do elevado grau de subsidiação média da económica global da economia na ordem dos 5% do PIB, o que deverá impactar positivamente a gestão das operações parafiscais na medida em que as despesas com os subsídios são determinadas na base do preço de referência fiscal do petróleo, que em memória de prudência fiscal, em particular, por razões de gestão macro-fiscal, são inferiores aos preços de mercado.

Tabela 7: Indicadores do Sector Fiscal

N.º	Descrição	Em Kz mil milhões		Em % do PIB	
		2013	2014	2013	2014
		Exec.	2014 Prel.	Exec.	Prel.
<b>1</b>	<b>Receitas</b>	<b>4 848,6</b>	<b>4 322,8</b>	<b>40,2</b>	<b>37,6</b>
1.1	Receitas Correntes	4 847,8	4 322,3	40,2	37,6
1.1.1	Impostos	4 602,0	4 090,1	38,2	35,6
1.1.1.1	Petrolíferos	3 629,8	2 961,9	30,1	25,8
	Dos quais: Direitos da concessionária	2 445,6	1 991,4	20,3	17,3
1.1.1.2	Não petrolíferos	972,2	1 128,2	8,1	9,8
1.1.2	Contribuições sociais	120,7	22,6	1,0	0,2
1.1.3	Doações	1,8	1,3	0,0	0,0
1.1.4	Outras receitas	123,2	208,3	1,0	1,8
1.2	Receitas de Capital	0,8	0,5	0,0	0,0
<b>2</b>	<b>Despesa Total</b>	<b>4 816,4</b>	<b>4 682,4</b>	<b>39,9</b>	<b>40,7</b>
2.1	Despesas correntes	3 437,3	3 250,2	28,5	28,3
2.1.1	Remuneração dos empregados	1 154,8	1 295,2	9,6	11,3
2.1.1.1	Vencimentos	1 083,7	1 223,1	9,0	10,6
2.1.1.2	Contribuições sociais	71,1	72,2	0,6	0,6
2.1.1.3	Bens e serviços	1 228,3	1 093,6	10,2	9,5
2.1.1.4	Juros	99,1	142,1	0,8	1,2
2.1.1.4.1	Externos	40,1	61,8	0,3	0,5
2.1.1.4.2	Internos	59,0	80,3	0,5	0,7
2.1.1.5	Transferências correntes	955,0	719,2	7,9	6,3
2.1.1.5.1	Subsídios	710,2	478,1	5,9	4,2
2.1.1.5.2	Doações	2,9	6,0	0,0	0,1
2.1.1.5.3	Prestações sociais	210,2	196,0	1,7	1,7
2.1.1.5.4	Outras despesas	31,7	39,2	0,3	0,3
2.2	Despesas de Capital	1 379,1	1 432,2	11,4	12,5
2.2.1	Aquisição de activos não Financeiros	1 376,4	1 424,7	10,0	12,4
2.2.1.1	Activos fixos	1 376,1	1 423,6	10,0	12,4
2.2.1.2	Outros activos não Financeiros	0,3	1,1	0,0	0,0
2.2.2	Outras	2,7	7,5	1,4	0,1
	Saldo corrente sem doações	1 408,7	1 070,8	11,7	9,3
	Saldo corrente	1 410,6	1 072,1	11,7	9,3
	Saldo global sem doações	30,4	-360,9	0,3	-3,1
	<b>Saldo global (compromisso)</b>	<b>32,3</b>	<b>-359,6</b>	<b>0,3</b>	<b>-3,1</b>
<b>3</b>	<b>Restos a pagar e a receber</b>	<b>323,5</b>	<b>753,0</b>	<b>2,7</b>	<b>6,6</b>
	<b>Saldo global (caixa)</b>	<b>355,7</b>	<b>393,4</b>	<b>3,0</b>	<b>3,4</b>
<b>4</b>	<b>Financiamento líquido</b>	<b>-355,7</b>	<b>-393,4</b>	<b>-3,0</b>	<b>-3,4</b>
4.1	Financiamento interno (líquido)	-538,9	-647,0	-5,1	-5,6
4.1.1	Activos	-731,0	-975,9	-8,5	-8,5
4.1.2	Passivos	192,1	328,9	1,6	2,9
4.1.2.1	Crédito líquido obtido	192,1	328,9	1,6	2,9
4.1.2.1.1	Desembolsos	1 292,7	1 602,5	10,7	13,9
4.1.2.1.1.1	Obrigações do Tesouro	427,6	676,2	3,5	5,9
4.1.2.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	305,7	235,4	2,5	2,0
4.1.2.1.1.3	Outros	559,3	690,9	4,6	6,0
4.1.2.1.1.1	Amortizações	-1 100,6	-1 273,7	-9,1	-11,1
4.1.2.1.1.1.1	Obrigações do Tesouro	-201,8	-160,4	-1,7	-1,4
4.1.2.1.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	-139,4	-361,1	-1,2	-3,1
4.1.2.1.1.1.3	Outros	-759,4	-752,2	-6,3	-6,5
4.2	Financiamento externo (líquido)	183,2	253,6	2,1	2,2
4.2.1	Activos	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2	Passivos	183,2	253,6	2,1	2,2
4.2.2.1	Empréstimos líquidos recebidos	183,2	253,6	2,1	2,2
4.2.2.1.1	Desembolsos	379,9	547,6	3,7	4,8
4.2.2.1.1.1	Empréstimos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.1.2	Linhas de crédito	379,9	547,6	3,7	4,8
4.2.2.1.1.3	Projectos	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.2	Amortizações	-196,7	-294,0	-1,6	-2,6
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero</b>	<b>-3 498,5</b>	<b>-3 179,4</b>		
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero (% do PIB NP)</b>	<b>-48,3</b>	<b>-44,2</b>		
	<b>Memo:</b>				
	Inflação ac. (%)	7,7	7,5		
	Exportações de petróleo bruto (milhões de barris)	626,3	610,2		
	Preço do petróleo bruto (US\$/barril)	107,7	96,9		
	Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	12 056,3	11 495,2		
	PIB petrolífero	4 817,8	4 304,3		
	PIB não petrolífero	7 238,5	7 190,8		
	Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)	6,8	4,7		

Fonte: Ministério das Finanças.

## 4 OBJECTIVOS NACIONAIS

42. Os grandes Objectivos Nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017) são os seguintes:
- a) Preservação da unidade e coesão nacional.
  - b) Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento.
  - c) Melhoria da qualidade de vida.
  - d) Inserção da juventude na vida activa.
  - e) Desenvolvimento do sector privado.
  - f) Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.
43. Estes grandes Objectivos Nacionais são preconizados pelas Opções Estratégicas e Políticas de Estado que se seguem:
- g) Política Macroeconómica (Estabilidade, Crescimento, Emprego)
  - h) Política para o Sector Real da Economia
  - i) Política para o Sector Social
  - j) Política de Desenvolvimento Equilibrado do Território Nacional
  - k) Política de Defesa e Segurança Nacional
44. No entanto, face ao desenvolvimento actual da conjuntura económica mundial com impacto directo no empenho económico nacional devido à forte dependência na exportação do petróleo bruto para cobrir as necessidades do País, algum destes objectivos serão alcançados na dimensão dos recursos financeiros disponíveis.

## 5 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

### 5.1 Enquadramento Fiscal de Médio Prazo

45. A queda do preço do petróleo condiciona as metas fiscais, subjacentes ao PND 2013-2017. A queda acumulada do preço do petróleo em mais de 55% desde Junho de 2014, impõe diversos desafios a curto e médio prazos para a concretização dos principais objectivos macroeconómicos definidos no PND 2013-2017.
46. Os efeitos fiscais da queda do preço do petróleo poderão se prolongar no tempo. Com efeito, o cumprimento dos objectivos fiscais em termos de défice e dívida pública deverá ser flexibilizado, num quadro de revisão intercalar das hipóteses, objectivos e metas do PND 2013-2017.
47. O quadro abaixo apresenta um resumo das prioridades da política fiscal, alinhadas ao PND 2013-2017.

Tabela 8: Prioridades da Política Fiscal

Sustentabilidade das Contas Públicas <sup>5</sup>	Prioridades Instrumentais da Política Fiscal ( <i>sentido estrito</i> )
<b>1. Assegurar um crescimento económico realisticamente consistente com a sustentabilidade intertemporal das finanças públicas; e</b>	<b>LADO DA RECEITA:</b>
	1. Potenciação da Receita Não Petrolífera
	<b>LADO DA DESPESA:</b>
<b>2. Assegurar, através do Quadro Fiscal de Médio Prazo, uma elevada disciplina fiscal agregada e a sustentabilidade das Finanças Públicas a médio prazo.</b>	2. Continuar os esforços de melhoria da qualidade da despesa de incidência na Administração Pública;
	3. Continuar os esforços de racionalização da despesa pública de incidência no sector empresarial público, no âmbito das políticas e prioridades de desenvolvimento sectorial, nomeadamente, a optimização e subsidiação da economia e outros apoios financeiros prestados pelo Estado às empresas públicas.

Fonte: GERI-MINFIN.

Fonte: GERI-MINFIN.

48. Todavia, os desafios de médio prazo continuam evidentes. Do lado da receita, a principal incerteza com importante impacto sobre o Quadro Fiscal de Médio Prazo é a evolução do preço estrutural do petróleo, que poderá permanecer baixo por longo tempo.
49. Do lado da despesa, o Quadro Fiscal de Médio Prazo continua a evidenciar como principal área de desafio a melhoria da qualidade da despesa pública, por via do reforço das eficiências alocativa e técnica dos serviços públicos, em particular, associadas às fragilidades

<sup>5</sup> "Programa de Sustentabilidade das Contas Públicas", no âmbito da Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica previsto no PND 2013-2017.

institucionais que ainda existem e que reprimem a qualidade do processo de planeamento e programação dos serviços públicos.

## 5.2 Cenário Macroeconómico para 2015

50. Para 2015, o crescimento do PIB real foi revisto em baixa, de 9,7% (OGE inicial) para 6,6%, mas a economia deverá registar uma aceleração económica, comparativamente ao ritmo de crescimento de 4,4% registado em 2014. Conforme inicialmente previsto, o crescimento real da economia deverá ser liderado pelo sector petrolífero, cujas previsões mais recentes apontam para uma expansão de 9,8% ao invés de 10,7% inicialmente projectado. As perspectivas actualizadas de crescimento para o Sector Não-Petrolífero foram significativamente moderadas para 5,3%, prevendo-se um forte abrandamento face ao ano transacto (crescimento real de 8,2%).
51. Cinco principais desenvolvimentos redefinem as perspectivas de crescimento real da economia nacional:
- 1º. Previsões ligeiramente mais optimistas, esperando-se, para o corrente ano, um incremento de produção média diária de 1,83 MBbl/dia;
  - 2º. Moderação das perspectivas de crescimento real do sector da agricultura de 12,3% (OGE inicial) para 7,9%;
  - 3º. Perspectivas de crescimento real mais moderadas para a Indústria Transformadora, esperando-se que cresça em 2015 a uma taxa de 6,8%, menos 4,4pp do que inicialmente previsto;
  - 4º. Revisão em baixa do crescimento do Sector da Construção para 6% contra as previsões iniciais de 10,5% prognosticadas no OGE;
  - 5º. Revisão em baixa, passando de 9% (OGE inicial) para 4%, das previsões para o crescimento do sector Serviços.
52. As hipóteses subjacentes à preparação do Cenário Macroeconómico são resumidamente apresentadas no quadro abaixo.

Tabela 9: Pressupostos Macroeconómicos, 2015.

	Exec.	Exec.	Prel.	OGE	OGE Revisto
	2012	2013	2014.	2015	2015
Inflação (%)	9,0	7,7	7,5	7	<b>9</b>
Produção Petrolífera Anual	631,8	626,3	604,4	669,1	<b>669,8</b>
Média Diária (bbl/dia)	1,73	1,72	1,66	1,83	<b>1,83</b>
Preço Médio de Exp. do Petróleo (USD/barril)	111,6	107,7	104	81	<b>40</b>
Produto Interno Bruto					
Valor Nominal (Mil Milhões de KZ)	10 876,00	12 056,30	11 495,15	13 480,90	<b>11 534,9</b>
Taxa de Crescimento Real (%)	5,2	6,8	4,7	9,7	<b>6,6</b>
Sector Petrolífero	4,3	-0,9	-2,6	10,7	<b>9,8</b>
Sector Não-Petrolífero (NP)	5,6	10,9	8,2	9,2	<b>5,3</b>
Saldo Primário Não Petrolífero (% PIB NP)	-55,5	-48,3	-47,3	-35,2	<b>-16,6</b>
Stock de RIL (Milhões de USD)	30 632,30	30 945,3	26.907,09	(A)	<b>19.277,18</b>
Taxa de Crescimento do M2 (em percentagem)	33,5	15,2	20,2	16	<b>14,8</b>
Investimento Directo Líquido (milhões de USD)	-9.638,7	-13 164,18	-8.901,91	9.079,06	<b>9.079,06</b>

(A) - 6 MESES DE IMPORTAÇÃO.  
Fonte: PND2013-2017 e MPDT

53. Antecipa-se uma relativa ascensão da taxa de inflação para 9%, 1pp acima da inflação observada em 2014. Esta evolução da taxa de inflação reflecte um recuo na ordem e 2,0pp previsto no PND 2013-2017.

### 5.3 Política Orçamental para 2015

54. A política orçamental para o ano financeiro de 2015 visa o alcance dos objectivos preconizados no Plano Nacional de Desenvolvimento e consubstanciar-se-á na implementação de medidas de política orçamental.

#### 5.3.1 Medidas de Política Orçamental

##### 5.3.1.1 Medidas de Política Orçamental do lado da Receita

###### a) Medidas de Potenciação da Receita

- A continuidade do alargamento da base tributária da arrecadação não petrolífera, no âmbito da Administração Geral Tributária (AGT);
- A continuidade da optimização e modernização do sistema de arrecadação de receitas públicas;
- A continuidade da adopção e a implementação, como medida prudencial, níveis de preços conservadores para a projecção da receita petrolífera no Orçamento Geral do Estado, a fim de assegurar a estabilidade macro-fiscal e limitar a despesa a um nível de receita previsível de menor risco não comprometendo assim a sua realização;
- Continuar a assegurar a implementação da política de constituição de Reservas do Tesouro Nacional das receitas excedentárias sobre as receitas orçamentadas, a fim de se constituírem poupanças para a estabilização da despesa em períodos em que a receita se mostrar aquém do nível previsível.

###### b) Medidas de Reforço do Papel Regulador do Estado

- Revisitar aspectos essenciais da Lei de Concorrência, e legislá-los no quadro das competências do Titular do Poder Executivo;
- Aprovação e regulamentação da Lei dos Jogos de Azar e Fortuna.
- Alargar o âmbito observatório do regime de preços vigiados, tendo como propósito elevar o estímulo para a formação de preços coerentes e condizentes.
- Melhorar o ambiente de negócios com o propósito de reduzir a pressão sobre o Orçamento Geral do Estado;

###### c) Medidas de Incidência no Sector Público Administrativo (SPA)

- Garantir o funcionamento normal da administração pública, dos serviços de saúde, educação e de assistência e protecção social, garantir o aprovisionamento dos Órgãos de Defesa e Segurança.
- Implementar um processo abrangente de cadastro presencial, com dados biométricos, dos funcionários públicos e agentes administrativos, incluindo o pessoal da saúde, os professores, os policiais e os militares.
- Sujeição do início da execução dos projectos de investimentos públicos novos a saber:

- ✓ Dispor do financiamento assegurado na fonte orçamentada;
- ✓ Ter os projectos executivos elaborados;
- ✓ Ter os contratos assinados e homologados nos níveis correspondentes; e
- ✓ Ter elaborado os cronogramas de execução física e financeira;
- Condicionar a execução dos projectos de investimento públicos à apresentação dos correspondentes cronogramas de execução física e financeira, permitindo o correcto alinhamento e cobertura dos recebíveis de Tesouraria e consequente atenuação da constituição de atrasados internos.

**d) Medidas de Incidência no Sector Público Empresarial (SPE)**

- Continuidade dos ajustamentos nos preços dos combustíveis derivados do petróleo bruto, com vista à optimização da subvenção, mitigando o seu efeito sobre as classes vulneráveis;
- Revisão do sistema de subsidiação das empresas públicas, nomeadamente, as prestadoras de serviço de água e electricidade, com vista à sua redução e a promoção da eficiência das mesmas;
- Tornar efectiva a acção dos Conselhos Fiscais para um exercício mais transparentes dos fundos e da causa pública;
- Rever em sede da Lei da Contratação Pública, a observância efectiva da demanda das empresas em subcontratar empresas locais no quadro dos projectos financiados por Linhas de Crédito, de tal modo a que se possa aferir a incidência do conteúdo local.

**e) Outras Medidas do Lado da Despesa**

- Racionalizar e melhorar a qualidade da despesa, com a adopção das seguintes medidas:
- Limitar o aumento nominal da Despesa com o Pessoal à contratação de efectivos para a assegurar a funcionalidade dos novos serviços públicos de educação e saúde e da política de recuperação do poder de compra;
- Processar as pensões dos antigos combatentes e os subsídios às autoridades tradicionais no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado;
- Reduzir a afectação de recursos aos Fundos Públicos de promoção e fomento da actividade económica privada para a efectiva capacidade de absorção pela economia;
- Proceder a revisão dos contratos de consultoria e assistência técnica, visando melhorar a qualidade desta despesa;
- Limitar a reserva orçamental apenas para o atendimento de situações efectivamente imprevisíveis.
- Reduzir as despesas com bilhetes de passagem, ajudas de custo e serviços de transportação.
- Adoptarem-se medidas de fiscalização e monitorização da despesa em Bens e Serviços, o que inclui a verificação da observância rigorosa a Lei da Contratação Pública e a realização de acções inspectivas.
- Cativar os projectos novos do Programa de Investimentos Públicos de 2015, bem como os do PIP-2014 que não tiveram execução financeira, cuja descativação deverá ocorrer apenas quando estiverem observadas todas as condições precedentes para a execução física e financeira, nos termos do estabelecido no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto Presidencial N.º 232/13, de 31 de Dezembro;

- O procedimento de programação financeira deve considerar a atribuição dos recursos para as despesas de funcionamento numa base duodecimal, ajustada a realidade de tesouraria do momento, enquanto os recursos para os Projectos do PIP e DAD devem ser atribuídos com base em cronogramas de desembolso a serem obrigatoriamente apresentados pelas Unidades Orçamentais;
- Promover a implementação de projectos de investimentos privados, através da banca comercial, limitando a intervenção do Estado apenas a concessão de Garantias;
- Proceder a revisão dos contratos de consultoria e assistência técnica, visando melhorar a qualidade desta despesa.

### 5.3.1.2 Medidas de Gestão Orçamental

55. No contexto do ano orçamental 2015, a política fiscal enfrenta importantes desafios decorrentes da recente dinâmica de queda abrupta e prolongada do preço do petróleo, desde Junho de 2014, em particular, a queda acentuada da receita pública. Em resposta à actual conjuntura, torna-se imprescindível um quadro de ajustamento fiscal como pré-condições para o reforço da mitigação dos impactos, quer a nível financeiro como económico, reforço da estabilidade macroeconómica, sustentabilidade fiscal e estabilidade financeira.
56. Este Quadro de Ajustamento Fiscal contempla um conjunto de medidas fiscais de curto prazo e fundamenta-se em três frentes de actuação: (i) Flexibilização e Consolidação Orçamental (ii) Reforço das Bases Fiscais Apropriadas para o Crescimento da Economia; (iii) Estabilidade Macroeconómica conjugada de uma margem razoável expectável para o crescimento do produto interno bruto.

### 5.3.2 Instrumentos de Gestão de Contingência

#### 5.3.2.1 Fundo do Diferencial do Preço do Petróleo

57. Em sede de eventos contra cíclicos, com significativo impacto na arrecadação da receita, a economia angolana dispõe de dois fundos que integram o conceito de Reservas Internacionais Líquidas, agindo como estabilizadores (*buffers*). Um destes fundos é o Fundo do Diferencial do Preço do Petróleo, capitalizado com o excesso do preço de venda do petróleo relativamente ao preço de referência fiscal estabelecido no OGE.
58. As transferências resultantes do diferencial do preço, para efeitos de capitalização do fundo, são apreciadas com particular interesse no contexto das finanças públicas, na medida em que, sendo recursos consignados, numa situação de produção petrolífera abaixo daquela que é adoptada para efeitos da elaboração do OGE, a gestão do diferencial do preço do petróleo poderá mitigar o potencial de desequilíbrio da tesouraria pública.

#### 5.3.2.2 Reserva Estratégica para Infra-Estruturas de Base

59. A Reserva Estratégica Financeira Petrolífera para Infra-estruturas de Base foi criada nos termos do nº 1 do artigo 6º das Lei 26/10, de 28 de Dezembro, Lei do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2011 (mantendo-se a disposição nas leis subsequentes), para garantir o financiamento de projectos em infra-estrutura de bases constantes do Programa de Investimentos Públicos.



60. Importa clarificar que, a partir da interpretação do que figura na legislação vigente, parte da receita resultante dos direitos patrimoniais do Estado nas concessões petrolíferas, constituem receita consignada a Reserva Estratégica Financeira Petrolífera para Infra-estruturas de Base.
61. Decorre da legislação que a gestão da Reserva Financeira Estratégica para Infra-estruturas de Base compete ao Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo.

### 5.3.2.3 Execução do Programa de Investimentos Públicos

62. A execução do Programa de investimentos Públicos tem sido dificultada devido ao tempo de maturação dos projectos, bem como devido aos aspectos administrativos ligados ao cumprimento das condições de precedência para o início da execução financeira dos projectos.
63. Por outro lado, deve-se melhorar os procedimentos de realização de concursos públicos, por forma a minimizar o efeito da criação de cartéis que influenciam a formação do preço, originando a elevação dos preços de contratação das empreitadas. A melhoria da qualidade da despesa de investimento público, depende não só dos aspectos ligados a fiscalização, mas também passa por acções que façam trazer os preços das empreitadas para níveis mais aceitáveis e realistas.

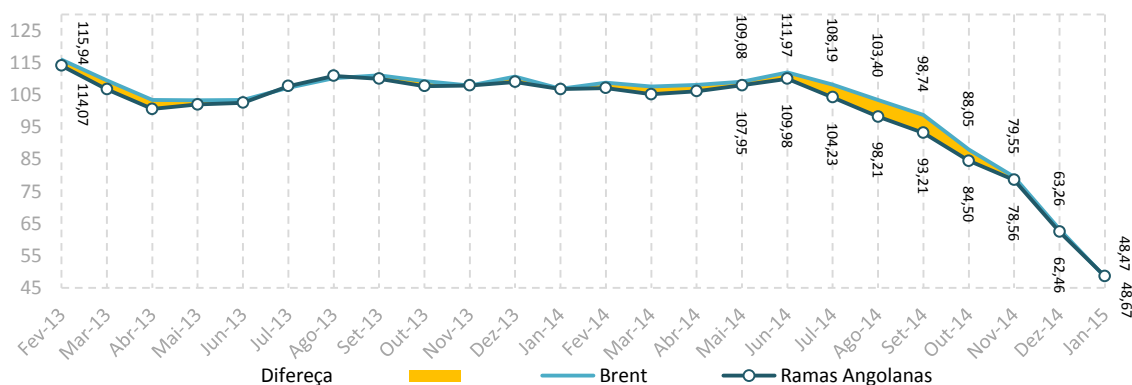
## 5.4 Cenário Fiscal para 2015

### 5.4.1 Fluxos Globais do Orçamento Geral do Estado

*Cenário Fiscal Revisto para 2015 apresenta-se menos favorável, mas com margens razoáveis de prudência e uma trajectória expectável para economia nacional, apesar do declínio do preço do petróleo.*

64. O Cenário Fiscal subjacente ao Orçamento Geral do Estado, aprovado a 11 de Dezembro de 2014, foi preparado num contexto de elevada incerteza quanto ao prolongamento e a magnitude da redução do preço do petróleo. O cenário fiscal ora preparado, que antecipava um défice de 7,6% do PIB.
65. Desde Junho de 2014, o preço do petróleo registou uma queda acumulada superior a 50%. O preço do barril de petróleo Brent reduziu de 111,97 (com um máximo de USD 115,49, a 19 de Junho de 2014), para um preço médio de USD 48,47, a 22 de Janeiro de 2015.

Gráfico 10: Evolução das Ramas Angolanas e Brent (USD/bbl)



Fonte: GERI, MINFIN (com base na Bloomberg)

66. As novas perspectivas do Cenário Fiscal 2015, antecipam fluxos fiscais globais para o corrente ano financeiro assentes num preço de referência fiscal de USD 40/bbl, contra os USD 81/bbl inicialmente programado.
67. As estimativas para os fluxos globais do OGE 2015, subjacentes ao Cenário Fiscal Revisto (vide Quadro Macro-Fiscal abaixo), incluem, em termos absolutos, Receitas Fiscais (excluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos) no montante de Kz 2.692,6 mil milhões e Despesas Fiscais (excluindo amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em Kz 3.499,1 mil milhões, resultando num défice fiscal de Kz 806,5 mil milhões, equivalente a 7% do PIB.
68. Em resultado do exercício de flexibilização da despesa pública, as mais recentes projecções do cenário fiscal permitem antecipar um défice menor em 0,6pp do PIB, comparativamente ao nível relativo de défice de 7,6% do PIB previsto para o OGE 2015 no cenário de preço de referência fiscal de USD 81/bbl. Estes ganhos de poupança fiscal permitiram a criação de espaço para limitação do crescimento, em termos absolutos, das necessidades brutas de financiamento e da dívida pública.
69. A flexibilização da despesa centrou-se na redução da despesa total em pouco mais de 1/3 do nível inicialmente previsto, tendo passado de Kz 5.215,8 mil milhões (cenário fiscal a USD 81/bbl) para Kz 3.499,1 mil milhões (cenário fiscal a USD 40/bbl).
70. A despesa corrente caiu de Kz 3.848,4 mil milhões (cenário fiscal a USD 81/bbl) para Kz 2.867,9 mil milhões (cenário fiscal a USD 40/bbl), correspondendo a uma redução percentual de 25%. A nível desta natureza económica da despesa, as flexibilizações incidiram sobre as despesas: (i) Custo com Pessoal (0,2%); (ii) Bens e Serviços (54,9%) e (ii) Subsídios (58,8%), que induziram a queda da despesa com as Transferência na ordem dos 32,8%.

Tabela 10: Balanço Macro-Fiscal 2013-2015

N.º	Descrição	2013		2014		Em Kz mil milhões				Em Percentagem do PIB			
		Exec.	Prel.	2015		OGE	OGE (Rev)	OGE Revisto - OGE	Δ% (OGE Ver/OGE)	Exec.	Prel.	OGE	OGE (Rev)
				Exec.	Prel.								
<b>1</b>	<b>Receitas</b>	<b>4 848,6</b>	<b>4 322,8</b>	<b>4 184,9</b>	<b>2 692,6</b>	<b>↓ -1 492,28</b>	<b>↓ -35,7%</b>	<b>40,2</b>	<b>37,6</b>	<b>31,0</b>	<b>23,3</b>		
1.1	Receitas Correntes	4 847,8	4 322,3	4 184,9	2 692,6	↓ -1 492,28	↓ -35,7%	40,2	37,6	31,0	23,3		
1.1.1	Impostos	4 602,0	4 090,1	3 968,6	2 476,0	↓ -1 492,56	↓ -37,6%	38,2	35,6	29,4	21,5		
1.1.1.1	Petrolíferos	3 629,8	2 961,9	2 551,2	1 039,2	↓ -1 512,02	↓ -59,3%	30,1	25,8	18,9	9,0		
	Dos quais: Direitos da concessionária	2 445,6	1 991,4	1 889,8	800,1	↓ -1 089,65	↓ -57,7%	20,3	17,3	14,0	6,9		
1.1.1.2	Não petrolíferos	972,2	1 128,2	1 417,3	1 436,8	↑ 19,46	↑ 1,4%	8,1	9,8	10,5	12,5		
1.1.2	Contribuições sociais	120,7	22,6	127,5	127,5	⇒ 0,00	⇒ 0,0%	1,0	0,2	0,9	1,1		
1.1.3	Doações	1,8	1,3	0,0	1,5	↑ 1,50	↑ 1,5%	0,0	0,0	0,0	0,0		
1.1.4	Outras receitas	123,2	208,3	88,8	87,6	↓ -1,22	↓ -1,4%	1,0	1,8	0,7	0,8		
1.2	Receitas de Capital	0,8	0,5	0,0	0,0	⇒ 0,00	⇒ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0		
<b>2</b>	<b>Despesa Total</b>	<b>4 816,4</b>	<b>4 682,4</b>	<b>5 215,8</b>	<b>3 499,1</b>	<b>↓ -1 716,72</b>	<b>↓ -33%</b>	<b>39,9</b>	<b>40,7</b>	<b>38,7</b>	<b>30,3</b>		
2.1	Despesas correntes	3 437,3	3 250,2	3 848,4	2 862,3	↓ -986,09	↓ -26%	28,5	28,3	28,5	24,8		
2.1.1	Remuneração dos empregados	1 154,8	1 295,2	1 565,5	1 487,9	↓ -77,64	↓ -4,96%	9,6	11,3	11,6	12,9		
2.1.1.1	Vencimentos	1 083,7	1 223,1	1 481,6	1 408,7	↓ -72,85	↓ -4,92%	9,0	10,6	11,0	12,2		
2.1.1.2	Contribuições sociais	71,1	72,2	83,9	79,2	↓ -4,79	↓ -5,70%	0,6	0,6	0,6	0,7		
2.1.1.3	Bens e serviços	1 228,3	1 093,6	1 374,4	692,2	↓ -682,20	↓ -50%	10,2	9,5	10,2	6,0		
	Dos quais PIP	99,9	68,6	97,9	34,9	↓ -62,98	↓ -64%	0,0	0,6	0,7	0,3		
2.1.1.4	Juros	99,1	142,1	231,0	231,0	⇒ 0,00	⇒ 0%	0,8	1,2	1,7	2,0		
2.1.1.4.1	Externos	40,1	61,8	93,5	93,5	⇒ 0,00	⇒ 0%	0,3	0,5	0,7	0,8		
2.1.1.4.2	Internos	59,0	80,3	137,5	137,5	⇒ 0,00	⇒ 0%	0,5	0,7	1,0	1,2		
2.1.1.5	Transferências correntes	955,0	719,2	677,5	451,2	↓ -226,25	↓ -33%	7,9	6,3	5,0	3,9		
2.1.1.5.1	Subsídios	710,2	478,1	374,3	154,3	↓ -219,99	↓ -59%	5,9	4,2	2,8	1,3		
2.1.1.5.2	Doações	2,9	6,0	0,0	0,0	⇒ -	⇒ 0%	0,0	0,1	0,0	0,0		
2.1.1.5.3	Prestações sociais	210,2	196,0	184,9	184,8	↓ -0,06	↓ 0%	1,7	1,7	1,4	1,6		
2.1.1.5.4	Outras despesas	31,7	39,2	118,3	112,1	↓ -6,19	↓ -5%	0,3	0,3	0,9	1,0		
2.2	Despesas de Capital	1 379,1	1 432,2	1 367,4	636,8	↓ -730,63	↓ -53%	11,4	12,5	10,1	5,5		
2.2.1	Aquisição de activos não Financeiros	1 376,4	1 424,7	1 102,8	622,1	↓ -480,72	↓ -44%	10,0	12,4	8,2	5,4		
2.2.1.1	Activos fixos	1 376,1	1 423,6	1 102,8	622,1	↓ -480,72	↓ -44%	10,0	12,4	8,2	5,4		
	Dos quais PIP	1 210,9	959,2	1 102,8	600,0	⇒ -	⇒ 0%	10,0	12,4	8,2	5,4		
2.2.1.2	Outros activos não Financeiros	0,3	1,1	0,0	0,0	⇒ -	⇒ 0%	0,0	0,0	0,0	0,0		
2.2.2	Outras	2,7	7,5	264,6	14,7	↓ -249,91	↓ -94%	1,4	0,1	2,0	0,1		
	<b>Saldo global (compromisso)</b>	<b>32,3</b>	<b>-359,6</b>	<b>-1 031,0</b>	<b>-806,5</b>	<b>↑ 224,44</b>	<b>↓ -22%</b>	<b>0,3</b>	<b>-3,1</b>	<b>-7,6</b>	<b>-7,0</b>		
<b>3</b>	<b>Restos a pagar e a receber</b>	<b>323,5</b>	<b>753,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>⇒ 0,00</b>	<b>⇒ 0%</b>	<b>2,7</b>	<b>6,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>		
	<b>Saldo global (caixa)</b>	<b>355,7</b>	<b>393,4</b>	<b>-1 031,0</b>	<b>-806,5</b>	<b>↑ 224,44</b>	<b>↓ -22%</b>	<b>3,0</b>	<b>3,4</b>	<b>-7,6</b>	<b>-7,0</b>		
<b>4</b>	<b>Financiamento líquido</b>	<b>-355,7</b>	<b>-393,4</b>	<b>1 031,0</b>	<b>806,5</b>	<b>↓ -224,44</b>	<b>↓ -22%</b>	<b>-3,0</b>	<b>-3,4</b>	<b>7,6</b>	<b>7,0</b>		
4.1	Financiamento interno (líquido)	-538,9	-647,0	-7,3	93,7	↑ 101,02	↓ -1381%	-5,1	-5,6	-0,1	0,8		
4.1.1	Activos	-731,0	-975,9	-380,9	-279,9	↑ 101,02	↓ -27%	-8,5	-8,5	-2,8	-2,4		
4.1.2	Passivos	192,1	328,9	373,6	373,6	⇒ -	⇒ 0%	1,6	2,9	2,8	3,2		
4.1.2.1	Crédito líquido obtido	192,1	328,9	463,9	463,9	⇒ -	⇒ 0%	1,6	2,9	3,4	4,0		
4.1.2.1.1	Desembolsos	1 292,7	1 602,5	1 654,1	1 654,1	⇒ -	⇒ 0%	10,7	13,9	12,3	14,3		
4.1.2.1.1.1	Obrigações do Tesouro	427,6	676,2	197,6	989,6	↑ 792,00	↑ 401%	3,5	5,9	1,5	8,6		
4.1.2.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	305,7	235,4	1 212,5	197,6	↓ -1 014,91	↓ -84%	2,5	2,0	9,0	1,7		
4.1.2.1.1.3	Outros	559,3	690,9	244,0	466,9	↑ 222,91	↑ 91%	4,6	6,0	1,8	4,0		
4.1.2.1.1.1	Amortizações	-1 100,6	-1 273,7	-1 190,2	-1 190,2	⇒ -	⇒ 0%	-9,1	-11,1	-8,8	-10,3		
4.1.2.1.1.1.1	Obrigações do Tesouro	-201,8	-160,4	-235,2	-230,3	↑ 4,91	↓ -2%	-1,7	-1,4	-1,7	-2,0		
4.1.2.1.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	-139,4	-361,1	-230,3	-235,2	↓ -4,87	↑ 2%	-1,2	-3,1	-1,7	-2,0		
4.1.2.1.1.1.3	Outros	-759,4	-752,2	-724,7	-724,7	⇒ -	⇒ 0%	-6,3	-6,5	-5,4	-6,3		
4.1.2.2	Outros passivos	0,0	0,0	-90,3	-90,3	⇒ -	⇒ 0%	0,0	0,0	-0,7	-0,8		
4.2	Financiamento externo (líquido)	183,2	253,6	1 038,3	712,9	↓ -325,39	↓ -31%	2,1	2,2	7,7	6,2		
4.2.1	Activos	0,0	0,0	0,0	0,0	⇒ -	⇒ 0%	0,0	0,0	0,0	0,0		
4.2.2	Passivos	183,2	253,6	1 038,3	712,9	↓ -325,39	↓ -31%	2,1	2,2	7,7	6,2		
4.2.2.1	Empréstimos líquidos recebidos	183,2	253,6	1 038,3	712,9	↓ -325,39	↓ -31%	2,1	2,2	7,7	6,2		
4.2.2.1.1	Desembolsos	379,9	547,6	1 410,9	1 105,5	↓ -305,39	↓ -22%	3,7	4,8	10,5	9,6		
4.2.2.1.1.1	Empréstimos financeiros	0,0	0,0	150,0	170,3	↑ 20,28	↑ 14%	0,0	0,0	1,1	1,5		
4.2.2.1.1.2	Linhas de crédito	379,9	547,6	349,3	396,5	↑ 47,23	↑ 14%	3,7	4,8	2,6	3,4		
4.2.2.1.1.3	Projectos	0,0	0,0	911,6	538,7	↓ -372,90	↓ -41%	0,0	0,0	6,8	4,7		
4.2.2.1.2	Amortizações	-196,7	-294,0	-372,6	-392,6	↓ -20,00	↑ 5%	-1,6	-2,6	-2,8	-3,4		
	<b>Discrepâncias</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>⇒ -</b>	<b>⇒ 0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>		
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero</b>	<b>-3 498,5</b>	<b>-3 179,4</b>	<b>-3 351,2</b>	<b>-1 614,7</b>								
	<b>Saldo Primário Não Petrolífero (% do PIB NP)</b>	<b>-48,3</b>	<b>-44,2</b>	<b>-35,2</b>	<b>-17,4</b>								
	<b>Memo:</b>												
	Inflação ac. (%)	7,7	7,5	7,0	9,0								
	Exportações de petróleo bruto (milhões de barris)	626,3	604,4	669,1	669,8								
	Preço do petróleo bruto (US\$/barril)	107,7	96,9	81,0	40,0								
	Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	12 056,3	11 495,2	13 480,9	11 534,9								
	PIB petrolífero	4 817,8	4 304,3	3 973,2	2 230,5								
	PIB não petrolífero	7 238,5	7 190,8	9 507,7	9 304,4								
	Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)	6,8	4,7	9,7	6,6								
	<b>Stock da Dívida Governamental (US\$ mil milhões)</b>	<b>30,6</b>	<b>36,5</b>	<b>48,3</b>	<b>47,0</b>								
	<b>Percentagem do PIB</b>	<b>24,5</b>	<b>31,2</b>	<b>35,5</b>	<b>45,8</b>								
	Dívida Externa (US\$ mil milhões)	15,7	18,3	33,3	24,6								
	<b>Percentagem do PIB</b>	<b>12,6</b>	<b>15,6</b>	<b>24,5</b>	<b>24,0</b>								
	Dívida Interna (US\$ mil milhões)	14,9	18,2	15,0	22,4								
	<b>Percentagem do PIB</b>	<b>12,0</b>	<b>15,6</b>	<b>11,0</b>	<b>21,8</b>								

Fonte: Ministério das Finanças.

## 5.4.2 Financiamento do Orçamento e Evolução da Dívida

71. A proposta do Orçamento Geral do Estado Revisto para 2015 consagra um fluxo total de financiamento no montante de Kz 5.454,02 mil milhões, correspondendo a uma redução em torno de ¼ do OGE inicial. A tabela abaixo apresenta o Programa de Recursos para o Financiamento do OGE, consagrando fontes fiscal, para-fiscal, patrimonial e de endividamento público.

Tabela 11: Plano de Financiamento do OGE 2015

Descrição	Kz Mil Milhões			percentagem do total		
	OGE USD 81	OGE USD 40	Δ%	OGE USD 81	OGE USD 40	Δ PP
<b>1. Receitas Fiscais</b>	<b>4 184,90</b>	<b>2 692,59</b>	<b>-35,66%</b>	<b>57,7%</b>	<b>49,4%</b>	<b>-8,3</b>
1.1 Impostos	3 968,60	2 476,0	-37,61%	54,7%	45,4%	-9,3
1.1.1 Petrolíferos	2 551,20	1 039,2	-59,27%	35,2%	19,1%	-16,1
1.1.2 Não Petrolíferos	1 417,30	1 436,8	1,38%	19,5%	26,3%	6,8
1.2 Contribuições Sociais	127,5	127,5	0,02%	1,8%	2,3%	0,6
1.3 Outras	88,8	89,1	0,30%	1,2%	1,6%	0,4
<b>2. Receita Patrimonial</b>	<b>1,9</b>	<b>1,82</b>	<b>-4,05%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>
<b>3. Receita de Endividamento</b>	<b>3 065,10</b>	<b>2 759,61</b>	<b>-9,97%</b>	<b>42,3%</b>	<b>50,6%</b>	<b>8,3</b>
3.1 Interno	1 654,10	1 654,10	0,00%	22,8%	30,3%	7,5
3.2 Externo	1 411,00	1 105,5	-21,65%	19,5%	20,3%	0,8
<b>4 Total</b>	<b>7 251,90</b>	<b>5 454,02</b>	<b>-24,79%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>

\*Inclui Receita Para-fiscal; \*\*Variação em pontos percentuais; \*\*\*na – não aplicável. Fonte: MINFIN.

72. O Programa de Aplicações da proposta OGE revisto é apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 12: Estrutura da Aplicação de Recursos em 2015

Descrição	Kz Mil Milhões			percentagem do total		
	OGE USD 81	OGE USD 40	Δ%	OGE USD 81	OGE USD 40	Δ PP
<b>1. Custo com Pessoal</b>	<b>1 565,52</b>	<b>1 487,9</b>	<b>-4,96%</b>	<b>21,6%</b>	<b>27,3%</b>	<b>5,7</b>
1.1 Dos quais: Vencimentos	1 481,57	1 408,7	-4,92%	20,4%	25,8%	6,7
<b>2. Bens e Serviços</b>	<b>1 374,44</b>	<b>692,2</b>	<b>-49,63%</b>	<b>19,0%</b>	<b>12,7%</b>	<b>-6,3</b>
<b>3. Juros</b>	<b>230,98</b>	<b>231,0</b>	<b>0,00%</b>	<b>3,2%</b>	<b>4,2%</b>	<b>1,1</b>
3.1 Interno	93,53	93,5	0,00%	1,3%	1,7%	0,4
3.2 Externo	137,45	137,5	0,00%	1,9%	2,5%	0,6
<b>3. Transferências</b>	<b>677,49</b>	<b>451,2</b>	<b>-33,39%</b>	<b>9,3%</b>	<b>8,3%</b>	<b>-1,0</b>
3.1 Dos quais: Subsídios	374,32	154,3	-58,77%	5,2%	2,8%	-2,3
<b>4. Aquisição de Activos Não Finan.</b>	<b>1 367,39</b>	<b>636,8</b>	<b>-53,43%</b>	<b>18,9%</b>	<b>11,7%</b>	<b>-7,3</b>
<b>5. Amortização da Dívida</b>	<b>1 562,87</b>	<b>1 582,9</b>	<b>1,28%</b>	<b>21,6%</b>	<b>29,0%</b>	<b>7,5</b>
5.1 Interna	1 190,22	1 190,2	0,00%	16,4%	21,8%	5,4
5.2 Externa	372,65	392,6	5,37%	5,1%	7,2%	2,1
<b>6. Outras Aplicações Financeiras</b>	<b>473,11</b>	<b>372,0</b>	<b>-21,36%</b>	<b>6,5%</b>	<b>6,8%</b>	<b>0,3</b>
<b>7 Total</b>	<b>7 251,80</b>	<b>5 454,02</b>	<b>-24,79%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

Tabela 13: Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

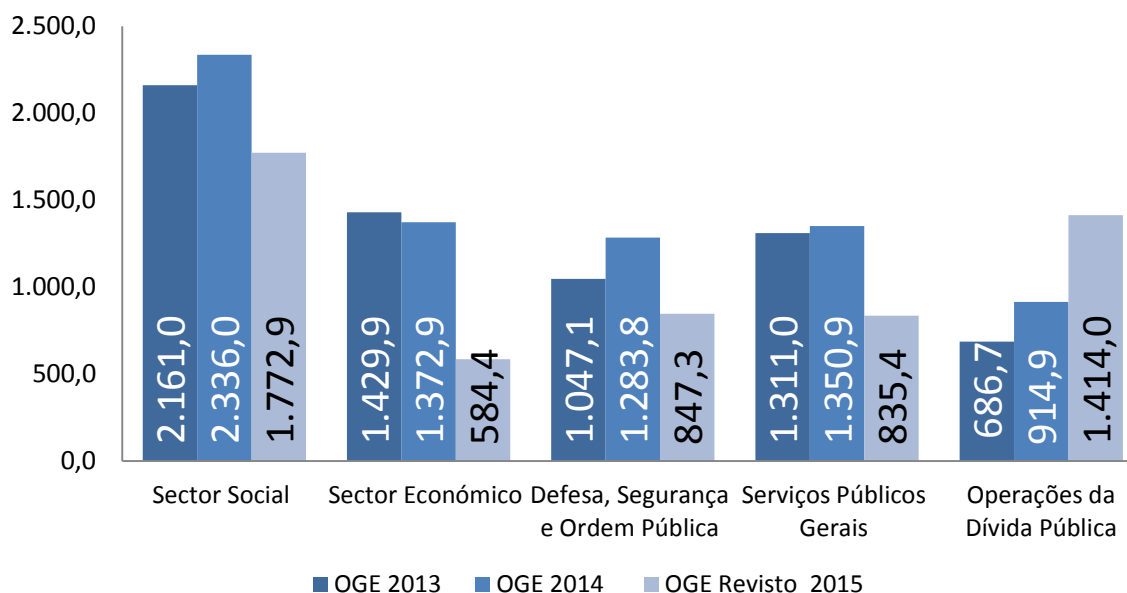
DESIGNAÇÃO		2015	2015
		OGE	OGE Revisto
<b>I</b>	<b>ORIGENS (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)</b>	<b>7 251 807 630 778,00</b>	<b>5 454 022 865 085,00</b>
1.1	Receitas fiscais	4 184 866 024 755,00	2 692 586 441 961,00
1.1.1	Impostos	3 968 554 166 033,00	2 475 996 523 982,00
1.1.1.1	Petrolíferas	2 551 216 646 499,00	1 039 197 399 473,00
1.1.1.1.1	<i>Dos quais: Receita da concessionária</i>	<i>1 889 755 909 917,00</i>	<i>800 108 738 639,00</i>
1.1.1.2	Não petrolíferas	1 417 337 519 534,00	1 436 799 124 509,00
1.1.2	Contribuições	127 525 828 890,00	127 525 828 890,00
1.1.3	Doações	0,00	1 500 000 000,00
1.1.4	Outras receitas	88 786 029 832,00	87 564 089 089,00
1.2	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	0,00
1.3	Venda de activos	1 872 096 642,00	1 822 958 893,00
1.4	Financiamentos	3 065 069 509 381,00	2 759 613 464 231,00
1.4.1	Internos	1 654 101 154 818,00	1 654 101 154 818,00
1.4.1.1	Títulos	1 410 077 910 067,00	1 410 077 910 067,00
1.4.1.2	Outros (inclui atrasados)	244 023 244 751,00	244 023 244 751,00
1.4.2	Desembolsos externos	1 410 968 354 563,00	1 105 512 309 413,00
1.4.2.1	Empréstimos financeiros	0,00	0,00
1.4.2.2	Linhas de crédito e projectos	1 410 968 354 563,00	1 105 512 309 413,00
1.4.2.3	Outros (inclui perdão e reescalonamento)	0,00	0,00
1.5	Reservas do Tesouro	0,00	0,00
<b>II</b>	<b>APLICAÇÕES (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5+2.6+2.7+2.8)</b>	<b>7 251 807 630 778,00</b>	<b>5 454 022 865 085,00</b>
2.1	Remuneração dos empregados	1 565 521 278 095,00	1 487 881 897 232,00
2.1.1	Vencimentos	1 481 574 445 171,00	1 408 724 062 756,00
2.1.2	Contribuições sociais	83 946 832 924,00	79 157 834 476,00
2.2	Bens e serviços	1 374 438 768 940,00	692 238 021 470,00
2.3	Juros	230 979 336 554,00	230 979 336 554,00
2.3.1	Externos	93 525 394 313,00	93 525 394 313,00
2.3.2	Internos	137 453 942 241,00	137 453 942 241,00
2.4	Transferências	677 492 894 923,00	451 245 605 602,00
2.4.1	Subsídios	374 320 673 009,00	154 330 028 127,00
2.4.2	Doações	0,00	0,00
2.4.3	Prestações sociais	184 886 169 267,00	184 824 511 527,00
2.4.4	Outras	118 286 052 647,00	112 091 065 948,00
2.5	Despesas de capital	1 367 394 103 464,00	636 762 582 241,00
2.6	Outras aplicações financeiras	473 110 622 342,00	372 044 795 526,00
2.6.1	Concessão de empréstimos	0,00	0,00
2.6.2	Outras aplicações	473 110 622 342,00	372 044 795 526,00
2.7	Amortização da dívida	1 562 870 626 460,00	1 582 870 626 460,00
2.7.1	Interna	1 190 223 476 942,00	1 190 223 476 942,00
2.7.1.1	Titulada	1 190 223 476 942,00	1 190 223 476 942,00
2.7.1.2	Atrasados	0,00	0,00
2.7.2	Externa	372 647 149 518,00	392 647 149 518,00
2.8	Reservas do Tesouro		
<b>III</b>	<b>SALDO (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	(+: excesso de financiamento; -: gap de financiamento)		

Fonte: Ministério das Finanças.

### 5.4.3 Leituras Funcional, Programática e Territorial do OGE 2015 Revisto

#### 5.4.3.1 Leitura Funcional do OGE 2015 Revisto

Gráfico 11: Composição Funcional da Despesa do OGE 2015



Fonte: Ministério das Finanças.

73. O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

#### 5.4.3.2 Despesas Funcionais do OGE Inicial e Revisto de 2015

74. A distribuição da Despesa pelas várias funções do Estado na presente proposta de revisão orçamental apresenta uma redução da Despesa a nível de todos os sectores com excepção das Despesas com as Operações da Dívida Pública. Portanto, as Despesas com as Operações da Dívida Pública sofreram um incremento na ordem de 1,4%, passando dos Kz 1.394,0 mil milhões para Kz 1.414,0 mil milhões, contrariamente às restantes Despesas Funcionais.

75. A Despesa Total tendo em conta a proposta de revisão orçamental passará de Kz 7.251,8 mil milhões para 5 454,02 mil milhões, sofrendo assim, uma redução de 1.797,7 mil milhões, dos quais 28,6% nas Despesas com o Sector Social, Kz 44,3% nas Despesas com o Sector Económico, Kz 17,2% nas Despesas com Defesa, Segurança e Ordem Pública, e 35,8% nas Despesas com os Serviços Públicos Gerais, conforme se configura na tabela abaixo:

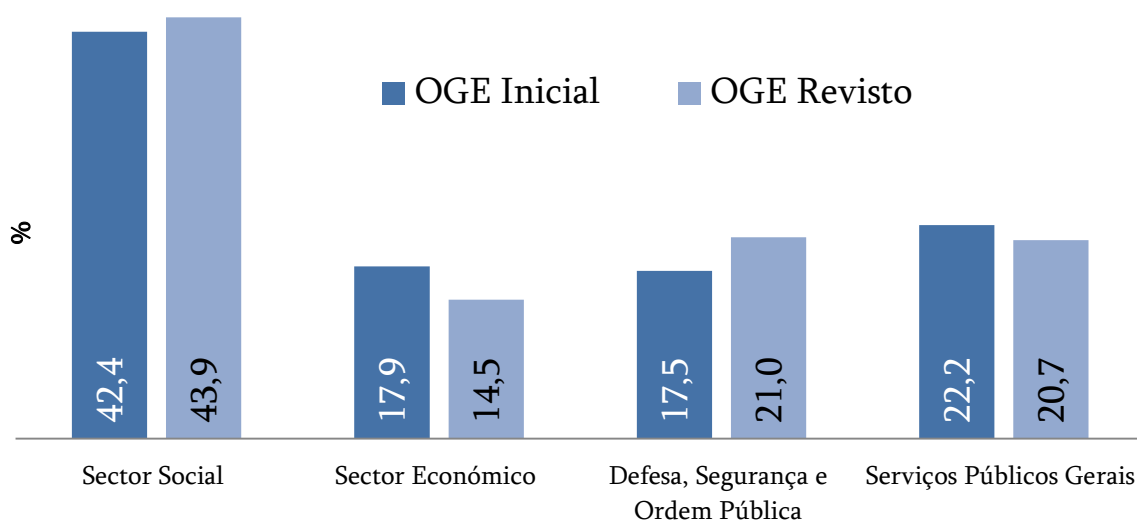
Tabela 14: Despesa por Função do OGE 2015 Inicial e Revisto

U.M: Mil Milhões de Kz

	OGE	OGE Rev.	Variação	Estrutura
<b>Sector Social</b>	<b>2 482,5</b>	<b>1 772,9</b>	<b>-28,6%</b>	<b>32,5%</b>
Educação	657,8	468,3	-28,8%	8,6%
Saúde	405,4	269,8	-33,4%	4,9%
Protecção Social	928,1	707,6	-23,8%	13,0%
Recreação, Cultura E Religião	82,0	45,8	-44,1%	0,8%
Habitação E Serviços Comunitários	353,9	254,9	-28,0%	4,7%
Protecção Ambiental	55,2	26,5	-52,0%	0,5%
<b>Sector Económico</b>	<b>1 050,0</b>	<b>584,4</b>	<b>-44,3%</b>	<b>10,7%</b>
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	53,9	34,0	-36,9%	0,6%
Combustíveis E Energia	223,4	167,3	-25,1%	3,1%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	47,3	25,1	-47,0%	0,5%
Transportes	340,2	68,8	-79,8%	1,3%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	350,1	269,5	-23,0%	4,9%
Comunicações E Tecnologias Da Informação	28,2	16,6	-41,1%	0,3%
Outras Actividades Económicas	6,8	3,1	-54,5%	0,1%
<b>Defesa, Segurança e Ordem Pública</b>	<b>1 023,2</b>	<b>847,3</b>	<b>-17,2%</b>	<b>15,5%</b>
Defesa	531,4	433,2	-18,5%	7,9%
Segurança E Ordem Pública	491,8	414,1	-15,8%	7,6%
<b>Serviços Públicos Gerais</b>	<b>1 302,1</b>	<b>835,4</b>	<b>-35,8%</b>	<b>15,3%</b>
Órgãos Legislativos	31,1	20,9	-32,9%	0,4%
Órgãos Executivos	826,1	601,0	-27,2%	11,0%
Assuntos Financeiros E Fiscais	320,3	135,1	-57,8%	2,5%
Relações Exteriores	44,2	31,0	-29,9%	0,6%
Serviços Públicos Gerais de Investigação e Desenv.	0,8	0,3	-56,3%	0,0%
Ajuda Económica Externa	3,0	1,0	-65,3%	0,0%
Investigação Básica	5,6	1,8	-68,4%	0,0%
Serviços Gerais da Adm. Pública não especificados	71,2	44,2	-37,9%	0,8%
<b>Operações da Dívida Pública</b>	<b>1 394,0</b>	<b>1 414,0</b>	<b>1,4%</b>	<b>25,9%</b>
Operações Da Dívida Pública Interna	692,7	692,7	0%	12,7%
Operações Da Dívida Pública Externa	701,3	721,3	3%	13,2%
<b>Total</b>	<b>7 251,8</b>	<b>5 454,0</b>	<b>-24,8%</b>	<b>100,0%</b>

76. Olhando somente para a perspectiva funcional Despesa Fiscal (excluindo as operações da Dívida Pública), o sector social representa 45% da despesa fiscal, seguindo-se os Serviços Públicos Gerais, Defesa, Segurança e Ordem Pública e Sector Económico que representam 21%, 20,1% e 13,9%, respectivamente.

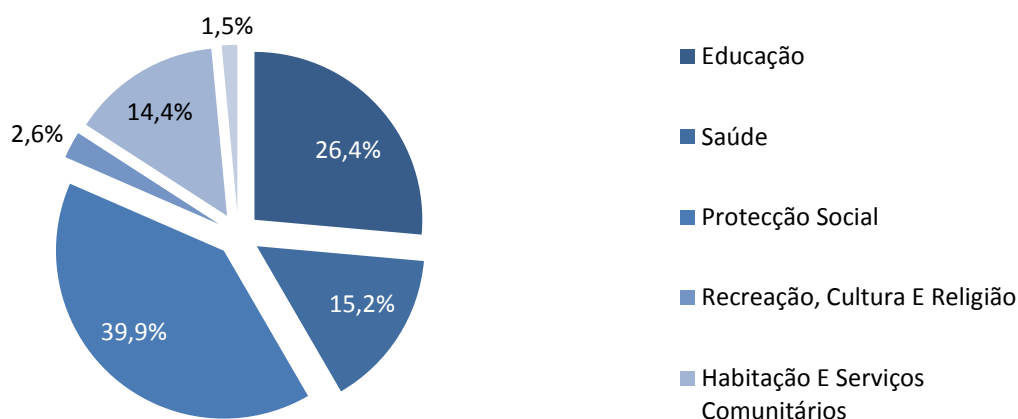
Gráfico 12: Alteração na composição funcional da Despesa



Fonte: MINFIN.

77. Na perspectiva da composição da Despesa Fiscal comparativamente ao OGE Inicial, nota-se uma redução das Despesas dos Serviços Públicos Gerais (-1,5 pp) e do Sector Económico (-3,4 pp) a favor das Despesas com Sector Social (1,5 pp e Defesa, Segurança e Ordem Pública (+3,5 pp). De referir que em relação as Despesas com Defesa, Segurança e Ordem Interna, embora haja um incremento em termos de composição na ordem dos 3,5 pp, em termos absolutos, sofreram uma redução na ordem dos Kz 175,9 mil milhões, passando dos Kz 1.023,2 para Kz 847,3 mil milhões.
78. As Despesas com o Sector Social correspondem a 32,5% da Despesa Total, conforme a revisão orçamental, dos quais 26,4% corresponderão às Despesas com a Educação, 15,2% às Despesas com a Saúde, 39,9% às Despesas com Protecção Social, 2,6% às Despesas com Recreação, Cultura e Religião, 14,4% às Despesas com Habitação e Serviços Comunitários, e 1,5% às Despesas com a Protecção Ambiental, conforme pode ser observado no gráfico a abaixo:

Gráfico 13: Despesa por função: Anatomia do Sector Social



Fonte: MINFIN.



79. As Despesas com o Sector Social e com os Serviços Públicos Gerais perfazem 47,8% da Despesa Total proposta, enquanto, as restantes Despesas perfazem 52,2% da Despesa Total, fixando-se assim em cerca de Kz 2.845,7 mil milhões.
80. Relativamente às despesas não especificadas nas funções supramencionadas, de realçar que a sub-função da Habitação e Serviços Comunitários registam o maior volume, conforme tabela abaixo.

Tabela 15: Descrição da despesa fiscal funcional não especificada

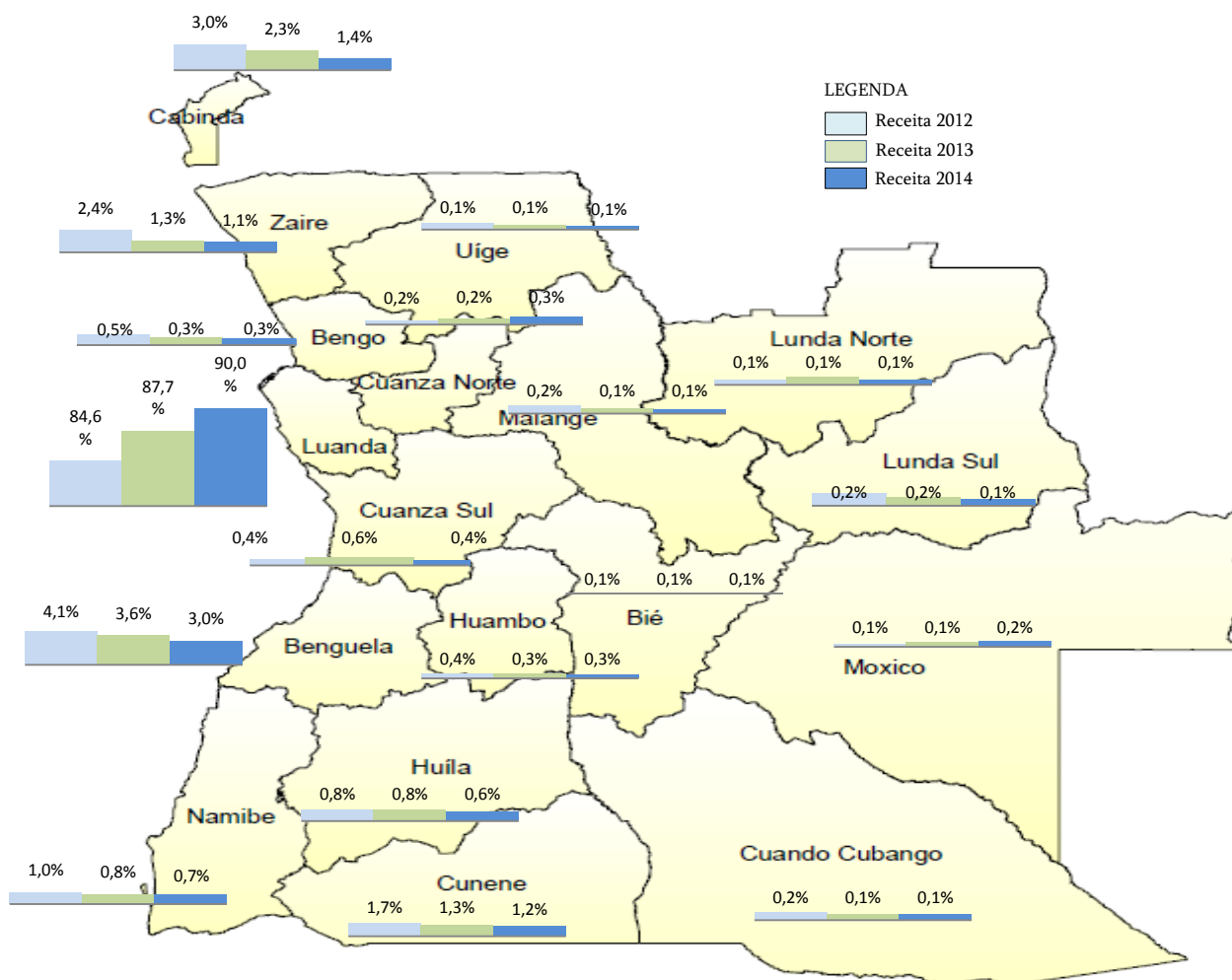
Defesa	Construção De Imóveis (Comando Upip No Chitato)	59 592 000,00	
	Outros Bens De Capital Fixo (Comando Upip No Chitato)	13 752 000,00	
	Outros Serviços (Comando Upip No Chitato)	2 584 000,00	
Habit. e Serviços Comunitários	Construção De Infra-Estruturas E Instalações (Parque Infantil Na Comuna Mona Quimbundo)	40 000 000,00	
	Outros Serviços (Parque Infantil Na Comuna Mona Quimbundo)	4 000 000,00	
	Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	1 928 113 163,00	
	Estudo De Impacte Ambiental Para A Requalificação Da Boavista	120 089 340,00	
	Estudo De Integração Das Redes Técnicas E Infra-Estruturais/ Boavista	14 700 000,00	
	Estudo De Integração Das Redes Técnicas E Infra-Estruturais/ Samba	26 250 000,00	
	Estudo De Integração De Redes Técnicas E Infra-Estruturais/ Marginal	12 600 000,00	
	Estudo Do Impacte Ambiental Para A Requalificação Do Rocha Pinto	535 474 800,00	
	Estudo Para Requalificação Da Boavista	233 297 873,00	
	Estudo Para Requalificação Do Rocha Pinto	985 701 150,00	
Proteção Social	Outras Despesas De Capital (Aquisição De Casas Sociais)	3 567 600 000,00	
	Outros Bens De Capital Fixo (Aquisição De Kits Auto Constr. Dirigida Dos Antigos Combatente/Zaire)	5 961 600,00	
	Outros Serviços	3 630 742 292,00	
	Programa De Apoio Às Famílias Vulneráveis (Cartão Kikuia)	170 000 000,00	
	Projecto "Ajuda Ao Trabalho"	3 400 000 000,00	
	Projecto De Revitalização Modernização Dos Centros De Emprego	23 835 020,00	
Promoção E Realização De Feiras De Produção Local/Cunene	36 907 272,00		
Cultura e Religião	Obras De Reab.De Imóveis, Infra-Estrut.E Instalações (Memorial Victoria Batalha Cuito Cuanavale)	6 657 400 197,00	
	Outros Serviços (Memorial Victoria Batalha Cuito Cuanavale)	433 353 581,00	
	Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria (Memorial Victoria Batalha Cuito Cuanavale)	475 933 249,00	
Serviços Públicos Gerais	Construção De Imóveis (Comando Upip No Chitato)	500 375 000,00	
	Construção Apetrechamento Do Edifício Da Direcção Saúde Em Saurimo	135 375 000,00	
	Construção Administração E Residências Dos Administradores Kinximba	30 400 000,00	
	Construção Apetrechamento Da Administração Municipal Do Dala	46 000 000,00	
	Construção Da Residência Protocolar Da Governadora Lunda Sul	100 000 000,00	
	Estudo E Construção Da Administração Municipal E Residência Do Mavinga	105 800 000,00	
	Estudo E Construção Da Administração Municipal E Residência Menongue	82 800 000,00	
	Construção De Infra-Estruturas E Instalações	858 613 936,00	
	Construção De 2 Edifícios Para Direcções Provinciais Em Menongue.	135 185 186,00	
	Construção De Um Tribunal Municipal No Cuito Cuanavale	400 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Do Palácio E 1 Residência No Cuchi.	95 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Do Edifício Kaza No Cuito Cuanavale.	130 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Do Palácio Da Justiça No Calai.	70 000 000,00	
	Reabilitação, Ampliação E Apetrechamento Da Direcção Do Minars	28 428 750,00	
	Outros Bens De Capital Fixo	239 900 000,00	
	Aquis. De 20 Pivôs Irrigaç. Ao Longo Margem Rios Cunene E Cuvelai	124 200 000,00	
	Construção Apetrechamento Do Edifício Da Direcção Saúde Em Saurimo	7 125 000,00	
	Construção Administração E Residências Dos Administradores Kinximba	4 000 000,00	
	Construção Apetrechamento Da Administração Municipal Do Dala	18 000 000,00	
	Construção De Um Tribunal Municipal No Cuito Cuanavale	75 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Da Administração Municipal Do Dala	10 000 000,00	
	Reabilitação, Ampliação E Apetrechamento Da Direcção Do Minars	1 575 000,00	
	Outros Serviços	2 603 406 129,00	
	Construção Apetrechamento Do Edifício Da Direcção Saúde Em Saurimo	7 500 000,00	
	Construção Administração E Residências Dos Administradores Kinximba	1 600 000,00	
	Construção Apetrechamento Da Administração Municipal Do Dala	3 000 000,00	
	Construção Da Residência Protocolar Da Governadora Lunda Sul	10 000 000,00	
	Construção De Um Tribunal Municipal No Cuito Cuanavale	25 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Da Administração Municipal Do Dala	2 000 000,00	
	Estudos De Levantamento Geológico Zona Leste	2 516 089 879,00	
	Formação Profissional No Domínio De Artes E Ofícios	36 720 000,00	
	Reabilitação, Ampliação E Apetrechamento Da Direcção Do Minars	1 496 250,00	
	Serviços De Estudo, Fiscalização E Consultoria	64 672 774,00	
	Construção De 2 Edifícios Para Direcções Provinciais Em Menongue.	14 814 814,00	
	Construção E Apetrechamento Do Palácio E 1 Residência No Cuchi.	5 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Do Edifício Kaza No Cuito Cuanavale.	10 000 000,00	
	Construção E Apetrechamento Do Palácio Da Justiça No Calai.	10 000 000,00	
	Estudo E Construção Da Administração Municipal E Residência Do Mavinga	9 200 000,00	
	Estudo E Construção Da Administração Municipal E Residência Menongue	7 200 000,00	
	Estudo Para Elaboração Do Registo Cartório Notarial Do Gtr	8 457 960,00	
	<b>Total Geral</b>		<b>21 085 999 921,00</b>

### 5.4.3.3 Leitura Territorial do OGE 2015

#### 5.4.3.3.1 Receitas e Despesas por Território

81. A manutenção da promoção do desenvolvimento equilibrado do território para a materialização desta meta prevista no PND 2013 – 2017 permanece uma constante. A nível de arrecadação de receitas por província nos últimos anos, destaca-se Luanda, Benguela, Cabinda, Zaire e Cunene como as principais regiões de arrecadação de recursos para o Estado conforme ilustrado abaixo

Ilustração 1: Estrutura da Receita por província



Fonte: MINFIN.

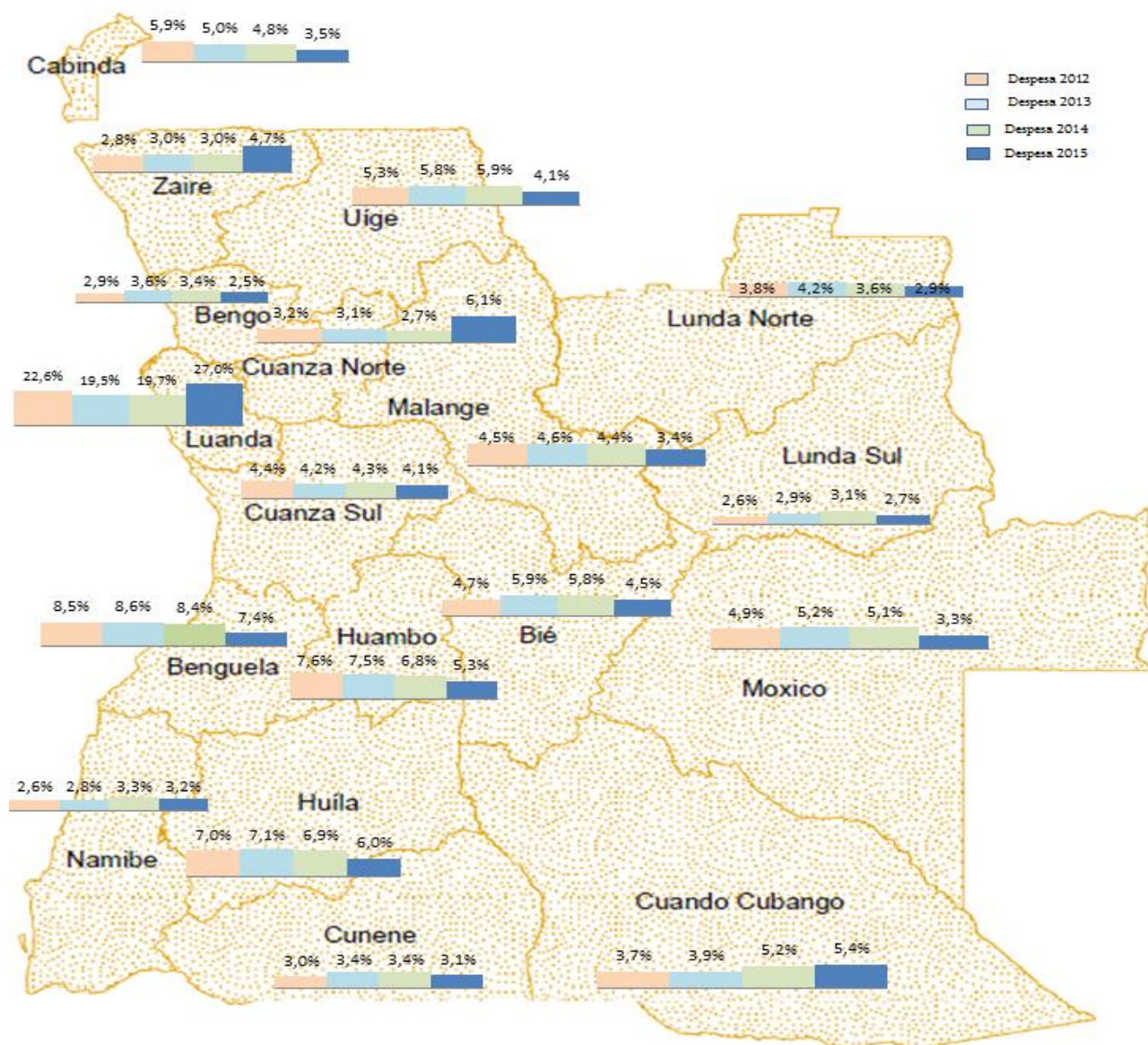
82. Por outro lado, a despesa por província está centrada maioritariamente na província de Luanda seguida de Benguela, Huambo e Huíla. Não obstante, a evolução do nível da despesa em províncias como Bié, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Namibe e Zaire espelham a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.

83. De acordo com o PND, as províncias mais a norte do País, nomeadamente, Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte e Malange, tendem a afirmar-se como importantes pólos comerciais, industriais e petrolíferos. Por outro lado, as províncias do Cuanza Sul, Benguela, Huambo,

Huíla e Bié têm promovido o desenvolvimento urbano, a agricultura empresarial e o desenvolvimento industrial.

84. De referir que, a informação do orçamento por província não se encontra reflectido o orçamento na íntegra. Encontra-se aqui representado somente as despesas funcionais e por outro lado, não foram consideradas as despesas e receitas da estrutura central do Estado.

Ilustração 2: Estrutura da Despesa por Província



Fonte: MINFIN.

## 6 RISCOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

### 6.1.1 Principais Riscos Orçamentais

85. A circunstância actual de queda da produção petrolífera e do preço do petróleo bruto no mercado internacional, releva a seriedade com que deve ser encarada a questão da sustentabilidade das finanças públicas, devendo ser mesmo tratada como uma questão de Estado e de segurança nacional, uma vez que da redução permanente das receitas petrolíferas resultam as seguintes consequências:

- Redução da capacidade do Estado fazer o serviço da dívida externa. Esse facto compromete a capacidade do Governo se financiar no mercado financeiro internacional, face ao aumento do nível de risco soberano do país, forçando a reduzir a despesa pública;
- Suspensão da execução de projectos de investimento em curso;
- Redução da capacidade de financiar a prestação dos serviços de educação, de saúde e da assistência social;
- Redução da capacidade de financiar a actividade das forças armadas e da polícia nacional; e
- Comprometimento do funcionamento da administração pública.

86. Podem ser identificados os seguintes riscos principais para a realização da despesa pública:

- Risco do preço de exportação do petróleo bruto;
- Risco da produção petrolífera;
- Risco de financiamento.

### 6.1.2 Evolução do Preço de Petróleo

87. As finanças públicas nacionais continuam vulneráveis aos choques do sector petrolífero. Tais choques podem provir tanto da oscilação da produção petrolífera, mas também – e sobretudo – da volatilidade do preço do petróleo bruto no mercado internacional.

88. Em linha com os mais recentes desenvolvimentos internacionais, as principais incertezas quanto à dinâmica do preço do petróleo referem-se à duração da queda, da sua magnitude, não obstante tenha começado a apresentar alguma resistência à queda recentemente. Outra preocupação decorre da natureza dos factores subjacentes à queda do preço, que poderão impactar o preço estrutural do petróleo.

89. As variações do preço do petróleo no mercado internacional, associadas ao aumento da oferta global de petróleo e às mudanças na configuração geopolítica e estratégicas no médio oriente e leste europeu, vêm impactando sobre o andamento dos preços do petróleo das ramas angolanas, cuja referência é o preço do Brent. Com efeito, a implementação do PND 2013-2017 estará dependente do comportamento do preço da principal *commodity* de exportação angolana.

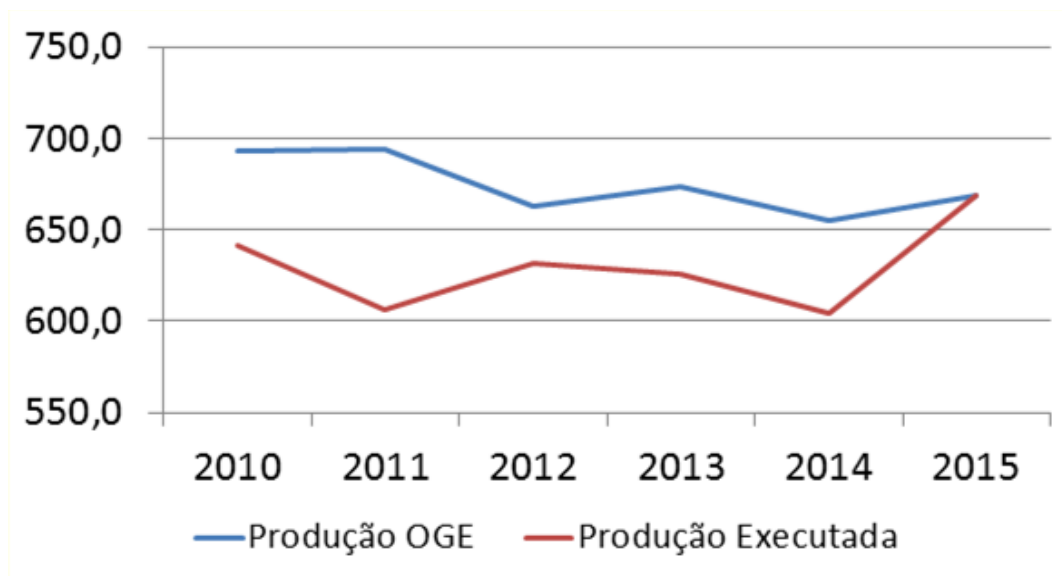
### 6.1.3 Evolução da Produção de Petróleo

90. Em 2014, o crescimento do sector petrolífero foi contido por factores operacionais restritivos da produção, que registaram operações técnicas de manutenção.

91. Para 2015, as perspectivas são de um rápido revigoramento, estimando-se um crescimento do PIB petrolífero na ordem dos 9,8%. Todavia, o volume de produção nacional de petróleo bruto continua a ser uma preocupação em face da recente contracção económica que experimentou o sector.

92. Conforme se observa no gráfico abaixo, nota-se uma tendência bastante otimista a nível da projecção do volume de produção de petróleo bruto. Entretanto, os desvios de projecção rondam os -8% (em 2011 até -12,68%).

Tabela 16: Desvio de projecção da produção nacional de petróleo



Fonte: Ministério das Finanças

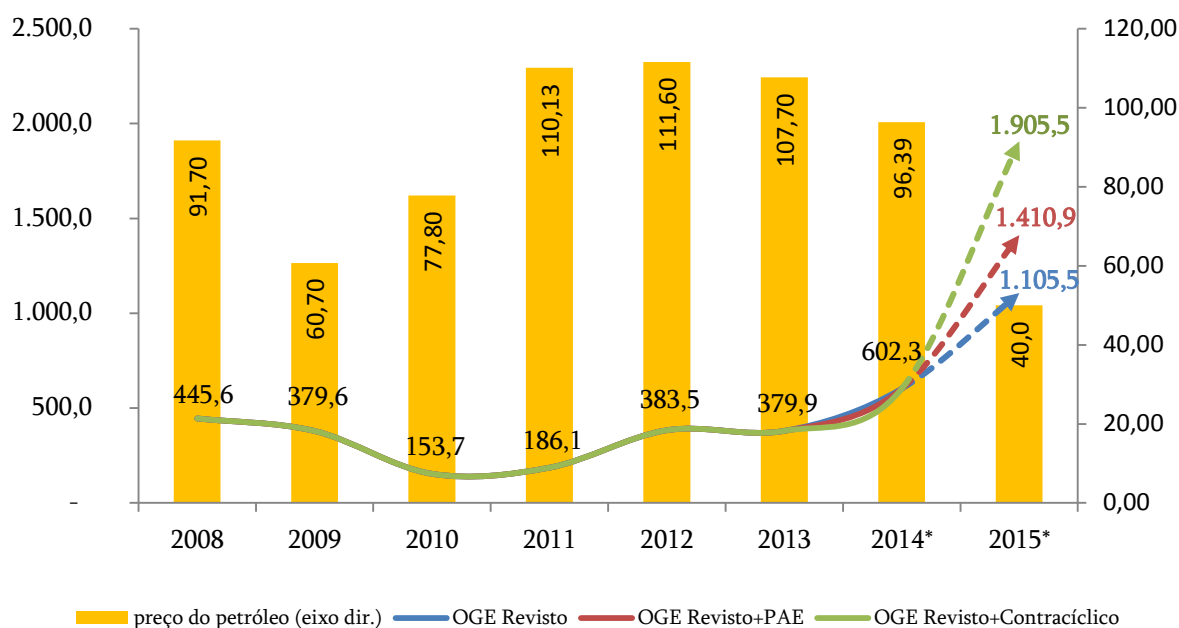
93. A expectativa quanto a evolução da produção influencia as estimativas quanto a arrecadação, fazendo com que anualmente sejam orçamentadas despesas numa magnitude idêntica à estimativa de arrecadação. Porém, de salientar que nos últimos anos, a despesa orçamentada tem apresentando níveis superiores à receita, criando um déficit orçamental que ronda os 12% o que tem implicado o recurso ao endividamento interno e externo.

## 7 MEDIDAS FISCAIS CONTRA-CÍCLICAS PARA SE REVERTER A SITUAÇÃO

94. A recente dinâmica do preço do petróleo nos mercados internacionais reflectiu-se significativamente na proposta do OGE 2015 aprovado, na medida do nível das necessidades de captação de fundos para cobrir o *gap* de financiamento do OGE 2015 numa magnitude de 7,6% do PIB.
95. A deterioração gradual da posição fiscal, depois do *superavit* de 6,7% registado em 2012, têm demonstrado necessidades brutas de financiamento do Orçamento Geral do Estado que evoluíram de 10,5% do PIB em 2013 para 11,1% do PIB em 2014.
96. Tornando-se necessário melhorar o equilíbrio fiscal, revertendo a situação actual com mecanismos e instrumentos sustentáveis de endividamento, houve necessidade de se recorrer a um novo cenário de equilíbrio fiscal, apresentando necessidades de captação de financiamento interno e externo no valor de 7% do PIB, perfazendo 806,5 mil milhões, porém somente na magnitude das necessidades de tesouraria (saldo de caixa).
97. Este cenário representa uma contracção do gasto público, principalmente na despesa de capital, na proporção da queda de receitas fiscais, antevendo-se uma recessão da actividade económica do sector privado, importante variável para o crescimento económico. Isto reflecte-se na perspectiva de queda do PIB nominal de Kz 13.480,9 mil milhões para Kz 11.534,9 mil milhões.
98. Com base na importância histórica da despesa pública para o crescimento económico, sabe-se que existe uma relação entre o crescimento económico, considerando o PIB, e as variáveis que compõem os gastos públicos (saúde, educação, cultura e um conjunto de investimentos públicos com a habitação e infra-estruturas).
99. Assim, as variações nos níveis da despesa pública afectam o nível de renda do País, pelo que a expansão da demanda agregada poderia passar pela injeção de recursos no sector privado por intermédio da compra de bens e serviços ou, no pior dos casos, na diminuição da sua tributação.
100. Deste modo, urge a necessidade da política fiscal, por intermédio de um conjunto de políticas, planos e acções, agirem em resgate da estabilização económica, considerando que o governo tem um papel fundamental também no âmbito local, uma vez que a provisão de bens públicos certamente irá influenciar na produtividade e na qualidade de vida das populações.
101. Neste sentido, uma das medidas da política fiscal contra-cíclicas passaria pela injeção de recursos no sector privado, por intermédio de um aumento da despesa de capital sustentada por um incremento do nível de financiamento externo superior às necessidades de tesouraria.
102. Este exercício permitiria implementar o Plano Anual de Endividamento de 2015 aprovado no âmbito do Orçamento Geral de Estado de 2015 de forma acelerada, recorrendo ao financiamento externo, em termos de desembolsos, numa magnitude equivalente a **Kz 1.905,5 mil milhões**, reflectindo-se assim numa disponibilidade acrescida de caixa equivalente a Kz 800 mil milhões em relação ao OGE Revisto.

103.O Desembolso de **1.905,5 mil milhões** estaria à disposição dos Projectos de Investimento Públicos e representaria 16,5% do PIB.

Gráfico 14: Cenário de desembolso externo e preços do petróleo



Fonte: MINFIN.

104.Deste modo, a política fiscal, por via da execução da despesa, iria continuar a garantir os gastos de capital relacionados com o sector da saúde e educação com despesa corrente, restando a despesa de capital para os demais investimentos públicos, sendo que o excedente de receita de capital resultante da implementação do PAE seria executado no âmbito das competências do Titular do Poder Executivo.

105.Em termos de execução das despesas de capital, esta perspectiva permitiria libertar os recursos fiscais correntes, salvaguardando as receitas petrolíferas para o pagamento das despesas correntes e refinanciamento.

106.O detalhe da Proposta do Orçamento Geral do Estado 2015 contém os seguintes documentos anexos:

- ANEXO 1 Resumo da Receita Por Natureza Económica;
- ANEXO 2 Resumo da Receita Por Fonte de Recursos;
- ANEXO 3 Resumo da Despesa Por Natureza Económica;
- ANEXO 4 Resumo da Despesa Por Função;
- ANEXO 5 Resumo da Despesa Por Local;
- ANEXO 6 Resumo do orçamento por Programa;
- ANEXO 7 Dotações Orçamentais Por Órgãos.